

**UNIVERSIDADE DO MINHO**

**Mestrado em História das Populações**

**PRAINHA DO NORTE**  
**UM ESTUDO DA NUPCIALIDADE**  
**1664-1764**

Isabel Maria Rodrigues Santos

Orientação de Maria Norberta Simas Bettencourt Amorim

Outubro de 2004

## **AGRADECIMENTOS**

Os meus agradecimentos são dirigidos em primeiro lugar à Professora Doutora Maria Norberta Amorim, pela disponibilidade que sempre me demonstrou, pelo apoio e auxílio prestado, sem o qual, não teria sido possível realizar este trabalho.

De seguida aos funcionários do Núcleo de Estudos da População e Sociedade, em especial a D. Isabel Salgado pela simpatia e afabilidade com que sempre me tratou ao longo destes anos de convívio. Também ao Daniel Freitas pelo apoio informático que prestou, sempre com simpatia e delicadeza.

Para além deles e não menos importantes, devo agradecer à minha família o apoio que me deu em todos os momentos de desânimo que surgiram ao longo deste trabalho. Não posso deixar de referir os seus nomes, deixando-lhes aqui a minha homenagem e dedicando-lhes este trabalho, pelo qual são em boa parte responsáveis: à minha tia Edite que me incentivou a iniciar este projecto; aos meus pais que suportaram comigo estes anos de trabalho sempre com palavras de incentivo e sofreram comigo em cada passo deste percurso. Finalmente e não menos importante, aquele que foi meu companheiro e agora marido a quem, todas as palavras que conheço são poucas para demonstrar o quanto lhe devo esta conquista.

## **RESUMO**

Este trabalho de investigação utilizou o método de Reconstituição de Paróquias desenvolvido por Norberta Amorim.

No primeiro capítulo inteiramo-nos das determinações religiosas ligadas ao casamento para percebermos como este foi evoluindo ao longo dos tempos. Explicitamos também o método e as fontes que serviram de base a este trabalho.

De seguida, analisamos as condições económicas e sociais da Prainha para podermos demonstrar que esta se encontrava numa situação privilegiada no contexto de toda a ilha do Pico com terras férteis e aráveis.

No último capítulo, começamos por demonstrar a influência que a Nupcialidade exerce sobre outras variáveis, como por exemplo, a fecundidade. Para a análise da Nupcialidade na paróquia da Prainha do norte entre 1664 e 1764, dividimos o período analisado em dois: de 1664 a 1713 e de 1714 a 1764 o que trouxe benefícios visíveis à análise dos dados.

Verificamos os meses eleitos para a união matrimonial, assim como os dias da semana eleitos para as uniões matrimoniais. Analisamos a idade média ao primeiro casamento em ambos os sexos, assim como as alterações que foram ocorrendo ao longo do período estudado. Estudamos a forma como os nubentes de cada sexo, se distribuíam pelos diferentes grupos de idades e se combinavam as idades entre homens e mulheres e como estes comportamentos se foram alterando. Verificamos ainda que a maior parte dos casamentos celebrados na Prainha aconteciam entre nubentes naturais da paróquia.

Este estudo permitiu-nos evidenciar a importância desta variável demográfica no estudo das comunidades.

## INDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - METODOLOGIA E FONTES.....	12
1-METODOLOGIA .....	14
2- AS FONTES.....	16
2.1-Mapas da População.....	16
2.2-Fontes Paroquiais .....	17
2.2.1- Livros de registo de baptismos.....	18
2.2.2- Livros de registo de casamentos .....	18
2.2.3- Livros de registo de óbitos .....	18
2.3- Análise dos Registos Paroquiais .....	19
2.4- Crítica aos redactores paroquiais .....	21
2.5- Visitações .....	24
CAPÍTULO II- ASPECTOS GEOGRÁFICOS, ECONÓMICOS E SOCIAIS .....	26
1- CARACTERIZAÇÃO DA PARÓQUIA.....	27
1.1-Enquadramento histórico e geográfico.....	27
1.2 - Caracterização económica.....	33
2- ALGUNS INDICADORES DA EVOLUÇÃO POPULACIONAL .....	49
CAPÍTULO III - ANÁLISE DEMOGRÁFICA DA NUPCIALIDADE .....	56
1- INTRODUÇÃO .....	57
2- A EVOLUÇÃO DOS CASAMENTOS.....	66
2.1-Estudo comparado .....	67
3- SAZONALIDADE DOS CASAMENTOS.....	69

3.1- Estudo comparado .....	73
4- DISTRIBUIÇÃO SEMANAL DOS CASAMENTOS .....	75
5- IDADE MÉDIA AO PRIMEIRO CASAMENTO .....	76
5.1- Análise transversal- períodos .....	79
5.2- Estudo comparado .....	81
6- REPARTIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE AO PRIMEIRO CASAMENTO.....	82
7- IDADE COMBINADA DOS NUBENTES CELIBATÁRIOS .....	86
8- POSIÇÃO RELATIVA DOS NUBENTES CELIBATÁRIOS POR GRUPOS DE IDADES.....	88
9- ESTADO CIVIL ANTERIOR DOS CONTRAENTES .....	89
10- CONTRAENTES SEGUNDO O ESTADO CIVIL COMBINADO.....	91
10.1- Estudo comparado .....	93
11- IDADE MÉDIA DOS VIÚVOS AO SEGUNDO CASAMENTO .....	93
11.1- Estudo comparado .....	94
12- NATURALIDADE DOS NUBENTES .....	95
12.1- Procedência geográfica dos nubentes não naturais .....	96
CONCLUSÕES .....	99
BIBLIOGRAFIA .....	103
Fontes Manuscritas .....	103
Fontes Impressas .....	103

## INDICE DE QUADROS

Quadro 1-Redactores dos livros paroquiais da Prainha- 1664-1875 .....	21
Quadro 2-Produções das freguesias do concelho de S. Roque.....	36
Quadro 3-Gado existente na Prainha .....	41
Quadro 4-Gado das freguesias de Santo Amaro, Santo António e Santa Luzia.....	42
Quadro 5-Estabelecimentos comerciais da Prainha.....	44
Quadro 6-População da ilha do Pico-1820 a 1878 .....	51
Quadro 7-Evolução da população da Prainha .....	52
Quadro 8-População das freguesias do concelho de S. Roque-1884 .....	53
Quadro 9-Sazonalidade dos casamentos.....	70
Quadro 10-Distribuição semanal dos casamentos .....	75
Quadro 11-Idade Média ao Primeiro Casamento- Homens.....	77
Quadro 12- Idade Média ao Primeiro Casamento- Mulheres.....	77
Quadro 13-Idade Média ao primeiro casamento-Comparação entre paróquias rurais do Pico .....	78
Quadro 14-Idade média ao primeiro casamento por períodos-1700-1764 .....	79
Quadro 18-Idades médias ao primeiro casamento-Estudo comparado .....	81
Quadro 19- Repartição por sexo e grupos de idade ao 1º casamento-Homens .....	83
Quadro 20-Repartição por sexo e grupos de idade ao 1º casamento- Mulheres .....	84
Quadro 21- Idade combinada dos nubentes celibatários .....	86
Quadro 23- Posição relativa dos nubentes celibatários por grupos de idades .....	88
Quadro 24-Estado civil anterior dos contraentes.....	89
Quadro 25-Estado civil anterior dos nubentes-Estudo comparado .....	91

Quadro 26-Contraentes segundo o estado civil combinado .....	92
Quadro 27- Contraentes segundo o estado civil combinado- Estudo comparado .....	93
Quadro 28-Idade média dos viúvos ao segundo casamento .....	94
Quadro 29-Idade média ao segundo casamento- Estudo comparado .....	94
Quadro 30- Naturalidade dos nubentes .....	95
Quadro 31-Procedência geográfica dos nubentes não naturais-1664-1713.....	97
Quadro 32-Procedência geográfica dos cônjuges não naturais -1714-1764.....	97

## INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1-Actividades profissionais na Prainha 1838.....	46
Gráfico 2-Estrutura da População da Prainha 1838.....	54
Gráfico 3-Evolução dos casamentos.....	66
Gráfico 4-Comparação da evolução de casamentos e baptizados .....	68
Gráfico 5-Sazonalidade dos casamentos .....	71
Gráfico 6-Distribuição semanal dos casamentos.....	75
Gráfico 7-Idade média ao primeiro casamento por períodos .....	79
Gráfico 9-Repertição por sexo e idades ao primeiro casamento .....	85

## **INDICE DE MAPAS**

Mapa 1-Ilha do Pico .....	27
Mapa 2-Limites do Concelho de S. Roque.....	30

## INTRODUÇÃO

O método de Reconstituição de Paróquias pode permitir um grande avanço no estudo de localidades que não sendo palco de grandes acontecimentos históricos, não suscitaram a atenção dos historiadores. De facto, a valorização e estudo das pequenas comunidades, anónimas e desconhecidas para muitos de nós, torna-se possível através do método de Reconstituição de Paróquias desenvolvido por Norberta Amorim.

Este método favorece o conhecimento e estudo dos comportamentos demográficos, permitindo não só perceber os períodos de crescimento ou de crise populacional, como demonstrar sempre que possível, a sua relação com outros acontecimentos ocorridos.

A escolha da paróquia da Prainha do norte da ilha do Pico nos Açores teve por objectivo contribuir para o esforço que tem vindo a ser feito e que permitirá, a breve prazo, o levantamento e estudo demográfico de toda a ilha.

A base de dados elaborada com informações recolhidas dos registos paroquiais de baptismo, casamento e óbito, pode no futuro ser enriquecida com outras fontes e o cruzamento destas fontes pode permitir um estudo mais aprofundado desta paróquia.

Dada a dimensão do projecto e a escassez de tempo disponível para a conclusão de um trabalho desta envergadura optamos por estudar apenas a variável Nupcialidade entre os anos de 1664 e 1764.

Posteriormente e sem a pressão de prazos, gostaríamos de concluir este projecto, alargando o nosso estudo às três variáveis demográficas-nupcialidade, fecundidade e óbitos, durante um período de tempo mais alargado.

O estudo da Nupcialidade na Prainha será enriquecido com a comparação com outras paróquias, entretanto já estudadas, permitindo enquadrar os comportamentos desta paróquia num quadro mais geral.

Neste trabalho de dissertação de mestrado, numa primeira parte procedemos à explicitação do método utilizado e das fontes a que recorreremos, essencial para se compreender a fundamentação prática do mesmo. De seguida, o enquadramento geográfico, económico e social da paróquia permitem compreender a situação singular em que esta se encontra no contexto da ilha do Pico e que influenciou certamente os seus comportamentos em vários actos vitais da vida, como é o casamento.

É a partir destes dois vértices que construímos o nosso trabalho e estudamos aprofundadamente os comportamentos ligados à Nupcialidade, atingindo resultados e conclusões que a seguir apresentamos.

**CAPÍTULO I**  
**METODOLOGIA E FONTES**

A Demografia tem vindo a assumir um papel cada vez mais importante, ou mesmo imprescindível no nosso quotidiano. Cada vez mais se pretende quantificar, procurando dados, valores que nos permitam conhecer e explicar o que se passa diariamente no nosso país ou na nossa região.

No entanto, o percurso desta ciência demonstra, que durante muito tempo não se percebeu o seu valor. O desinteresse em conhecer o número de habitantes é justificado por Joel Serrão: «*De que modo se ia fazendo a renovação das gentes, eis o problema que não afligia ninguém, fiados todos, sobretudo, nos inescrutáveis desígnios do destino omnipotente*» (Serrão,1973:13-14).

A despreocupação das autoridades civis é demonstrada também pela escassa publicação bibliográfica produzida ao longo dos tempos, principalmente até ao século XVIII.

O interesse pelo número de habitantes torna-se mais visível no século XIX, pretendendo-se através do conhecimento do país, provar as hipóteses de riqueza que este tinha, mas só em finais do século, mais precisamente em 1864, se conseguirá levar a cabo um censo com carácter científico. A partir desta altura a Demografia passou a assumir um papel cada vez mais indispensável.

Por outro lado, a Demografia Histórica enquanto ciência, tem vindo a conquistar uma posição cada vez mais importante para o conhecimento da História das populações. Esta mesma posição foi reconhecida por Maria Luisa Marcilio: «*Acreditamos sempre que pela Demografia Histórica, se abriu um caminho seguro e apaixonante para recuperar a*

*trajectória das massas silenciosas, não letradas, trabalhadoras e produtoras que nos precederam»* (Marcilio, 1984:24).

A compreensão e conhecimento do passado, em cada comunidade, permitirão a reconstrução de uma cultura que o passar do tempo fez perder na maior parte das regiões. Conhecer o passado é por isso sempre uma tarefa árdua, tornando-se necessário recorrer a várias fontes, de forma a que esse conhecimento seja mais rico e recompensador para aqueles que o procuram. Para o conhecimento desse passado, em que não houve uma preocupação estatística, os dados recolhidos pelos representantes da Igreja católica durante esse longo período, são actualmente utilizados como fontes essenciais da Demografia Histórica- registos de baptismo, casamento e óbitos, róis de confessados, livros das devassas, entre outros.

Serão algumas dessas fontes que servirão de base ao nosso trabalho de reconstituição demográfica da paróquia da Prainha do norte da ilha do Pico.

## **1-METODOLOGIA**

Para a realização deste trabalho as fontes utilizadas foram essencialmente os registos paroquiais de casamento, baptizado e óbito.

O método utilizado para tratar estes registos foi o método de Reconstituição de Paróquias apresentado e desenvolvido por Norberta Amorim. Este visa reconstruir a história de uma localidade durante um determinado período, através do cruzamento de dados, principalmente de origem paroquial. A autora define desta forma o método de reconstituição de paróquias (Amorim,1990:290):

*Reconstituir paróquias significa primeiro organizar os dados dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos em fichas de Famílias e depois cruzar informações de forma a acompanhar, em encadeamento genealógico, a história da vida de cada residente, tenha ele nascido na paróquia em observação, entrado nela pelo casamento ou simplesmente ter aí falecido.*

A importância que este método pode assumir, para a “reconstrução” dos hábitos culturais e das tradições das comunidades foram ainda referidos por Norberta Amorim: «*Todas as comunidades poderão ter uma consciência mais clara da sua identidade*» (Amorim,1990:289).

Actualmente o método de reconstituição de paróquias de Norberta Amorim e o recurso a outras Ciências permitem um conhecimento mais aprofundado das gentes anónimas que têm um percurso de vida desconhecido. Servindo-nos desse método, desenvolvemos um estudo demográfico da paróquia da Prainha do norte que podemos dividir em três fases:

Numa primeira fase, levamos a cabo o trabalho de levantamento e crítica das fontes.

Numa fase posterior, inserimos automaticamente os dados, criando fichas de famílias onde foram incluídas informações sobre os actos em estudo.

Numa terceira e última fase, estabeleceram-se os elos genealógicos entre as diversas gerações que aqui nasceram.

## 2- AS FONTES

### 2.1-Mapas da População

Para o estudo da evolução demográfica da Prainha contamos com os registos paroquiais, com os quais formamos uma base de dados, sobre a qual cruzamos informações colhidas de forma avulsa em documentos de fontes diversas como mapas e estudos que foram elaborados por párocos que ali exerceram as suas funções.

O trabalho de estudo demográfico de uma população não se pode cingir apenas ao período de estudo e sempre que possível, devemos aproveitar todas as fontes que se nos apresentam de forma a tornar o nosso trabalho não apenas mais completo, mas principalmente mais esclarecedor da vida dessa comunidade.

Assim, utilizamos o *Estado da População da Freguesia de N. Sr<sup>a</sup> d' Ajuda, Concelho da Villa de S. Roque, da ilha do Pico*, datado de 1836 e assinado pelo vigário António Ignácio da Silveira. Este estudo faz uma distribuição da população por grupos etários (um primeiro grupo dos que tinham até um ano de idade, um segundo dos que tinham entre cinco e dez anos e assim consecutivamente em grupos de dez anos até aos 70, englobando de seguida um grupo com mais de 70 anos). São depois referidas as profissões de cada uma das pessoas de ambos os sexos e a sua condição de *proprietários* e *não proprietários*, distinguindo ainda os que *vivem unicamente das rendas das suas propriedades*, os que eram *salariados de alguma maneira pelo Estado, excepto militar*, os que *vivem unicamente do seu trabalho Mecânico ou Industria*, e ainda os que *reúnem no*

*seu trabalho alguma outra renda ou ordenado.* O pároco deu ainda a conhecer o número de mendigos fixos e ambulantes da paróquia.

Neste mesmo estudo o pároco incluiu ainda os nascimentos legítimos e ilegítimos, o número de mortes ocorridas em ambos os sexos e de casamentos celebrados ao longo dos meses do ano.

Outra fonte utilizada foi o *Mapa da População da freguesia de N. Senhora d'Ajuda, do Concelho da Villa de S. Roque desta Ilha do Pico*, datado de 19 de Agosto de 1838, da responsabilidade do mesmo pároco. Aqui, fez o levantamento por sexos e faixas etárias dos habitantes da paróquia, assim como das profissões exercidas pelos homens.

Estas fontes apesar de estarem para além do nosso âmbito de estudo, podem posteriormente ser cruzadas com as fontes dos registos paroquiais da Prainha, para o enriquecimento do estudo demográfico.

## **2.2-Fontes Paroquiais**

Após o *Concilium Tridentinum* (1545-1563), tornou-se obrigatório o registo dos baptizados e dos casamentos em todas as paróquias. Geralmente os párocos tinham o cuidado de fazer o assento dos óbitos, pois através destes conseguiam controlar as obras pias e os sufrágios que eram deixados à Igreja.

Em conformidade, as Constituições Sinodais do Bispado de Angra de 1559 prescrevem para todas as Igrejas com fonte baptismal, a obrigatoriedade da feitura de três livros "*se já nam forem feytos*" (Amorim, 1981:9).

Depois de se instituir a sua obrigatoriedade, passou-se à exigência quanto às informações que eram descritas nesses mesmos assentos. Assim foram-se alterando, tornando-se cada vez mais completos e permitindo uma melhor identificação dos habitantes das paróquias. Esta exigência facilita o trabalho do investigador que tem assim a possibilidade de cruzar as informações com maior credibilidade e confiança.

Os livros paroquiais da Prainha, freguesia do concelho de S. Roque na ilha do Pico encontram-se depositados no Arquivo da Horta. Os registos de baptizado, casamento e óbito constituem as principais fontes documentais, para a reconstituição desta comunidade. Os assentos incluídos em cada um destes livros abrangem os seguintes períodos:

### **2.2.1- Livros de registo de baptismos**

Os dados recolhidos cobrem os períodos que vão de Fevereiro de 1644 a Dezembro de 1860.

### **2.2.2- Livros de registo de casamentos**

Os dados observados cobrem os períodos entre Agosto de 1663 a Outubro de 1875.

Nestes registos, em algumas páginas não foi possível fazer o levantamento do assento devido ao mau estado de conservação das páginas: a tinta apagada ou páginas danificadas.

### **2.2.3- Livros de registo de óbitos**

Os dados observados vão desde Fevereiro de 1664 a Dezembro de 1875.

### 2.3- Análise dos Registos Paroquiais

Uma vez que nos registos de baptismo e de óbito, não foi realizada uma pesquisa directa nos livros paroquiais, mas servimo-nos dos levantamentos efectuados por um tarefeiro no referido Arquivo Distrital da Horta, não nos é possível fazer uma crítica material dessas fontes.

No entanto, no que se refere aos registos de casamento onde foi realizada uma análise directa, destacamos algumas observações:

Os registos de casamento têm na sua maioria, a indicação do nome dos pais dos nubentes.

A partir de 1695 após o nome dos pais dos nubentes escreviam: “*desta freguesia guardada em toda a forma do Sagrado Conc. Trid.*”.<sup>1</sup>

Depois de 1696 regista-se uma alteração significativa em relação à forma como se fazem os assentos: refere o pároco que não há impedimentos, refere as testemunhas e posteriormente os nubentes e os pais.<sup>2</sup>

O aperfeiçoamento dos registos apenas nesta data, leva-nos a supor que as decisões tridentinas só então tiveram aplicação na paróquia. Certamente é esta uma das condicionantes da insularidade desta paróquia.

---

<sup>1</sup> Cf. Livro de Registo de Casamento, p. 53

<sup>2</sup> Idem, p. 59

Após 1700, quando um dos nubentes era viúvo, para além do nome dos seus pais, registam também o nome da falecida esposa. Destaque-se ainda que surgiram nesta altura, as primeiras assinaturas que são normalmente só de homens.

Em 1703 os párocos escrevem pela primeira vez: “*parochia de N. Sr<sup>a</sup> da Ajuda da Praynha do norte desta ilha do Pico*”.<sup>3</sup>

Os registos de casamento sofreram alterações significativas a partir de Julho de 1860, tornando-se muito mais completos, sendo disso exemplo a inclusão da profissão dos pais dos nubentes e depois de 1862 a inclusão da profissão dos próprios nubentes.

Destacamos o assento de 15/10/1868 em que o pároco anulou o casamento celebrado a 20/4/1868 por serem parentes em 4º grau de consanguinidade.

Foi possível concluir a partir da análise dos assentos de casamento, que o século XVIII marca uma mudança positiva nos registos. A melhoria significativa da caligrafia, do estado de conservação dos assentos e uma melhor organização dos mesmos facilitaram o nosso trabalho e tornaram-no simultaneamente mais agradável e motivador. Estes tornaram-se também mais completos, dando-nos mais confiança quanto aos encadeamentos que se iam estabelecendo.

---

<sup>3</sup> Ibidem, p. 82

## 2.4- Crítica aos redactores paroquiais

O trabalho do investigador tem como principal fundamento o trabalho realizado pelos párocos enquanto fazem os registos da sua paróquia. A boa formação dos mesmos e o seu empenho em cumprir bem as suas funções, são requisitos afortunados na investigação.

Com a introdução das determinações tridentinas, os párocos demonstram maior cuidado nos seus assentos, pois regularmente estes eram fiscalizados por um visitador diocesano que tecia comentários e recomendações aos párocos nos próprios livros.

A partir dos registos de casamento elaboramos um quadro dos párocos que passaram pela paróquia durante o período em observação. Registamos o cargo que ocupavam, o nome completo, a data do primeiro e último registo e atribuímos uma classificação à caligrafia, segundo um critério que nós próprios estabelecemos. Para a definição deste critério tivemos em consideração itens como uso de abreviaturas, caligrafia legível e permanente cuidado com os registos que faziam.

**Quadro 1**  
**Redactores dos livros paroquiais da Prainha**  
**1664-1875**

<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>	<b>Presença na paróquia</b>	<b>Caligrafia</b>
Vigário	Francisco Machado Fagundes	1664-86	Satisfatória
Cura	Salvador Redondo Machado	1686-89	Satisfatória
Vigário	Teodoro Fagundes Machado	1689	Muito Boa

Vigário	Manuel Cardoso Flores	1689-92	Satisfatória
Cura	Antonio Dinis	1692-01	Boa
Vigário	Joseph Pereira de Sousa	1701-12	Satisfatória
Cônego	Bernardo Pereira	1712-17	Satisfatória
Vigário	Joseph Pereira Cardoso	1717-18	Satisfatória
Vigário	Bernardo Pereira	1718-25	Satisfatória
Cura	Manuel das Neves	1725-26	Satisfatória
Cura	Manuel Machado de Bettencourt	1726-36	Satisfatória
Vigário	Francisco Luis da Fonseca	1736	Boa
Cura	Joseph Leal Pereira	1736-44	Má
Cura	António Caetano Gaspar	1744-51	Satisfatória
Cura	António Caetano Serpa	1751-56	Boa
Cura	Manuel Pereira de Simão Telles	1756-59	Boa
Cura	Francisco Pereira da Silveira	1759	Boa
Cura	Francisco Pereira Fagundes	1759-66	Boa
Cura	Jose Francisco Dutra	1766-77	Boa
Vigário	Manuel de Brum da Silveira	1777-85	Boa
Vigário	Francisco Dutra	1785-91	Boa
Vigário	Mateus Vieira	1791-92	Má
Cura	Jose Antonio da Silveira	1792-96	Má
Vigário	Jose Pereira Serpa	1796-98	Boa
Cura	Jose Antonio da Silveira	1798-17	Má
Cura	Jose Pereira da Terra	1817	Má

Vigário	Antonio Inácio da Silveira	1817-18	Boa
Cura	Jose Pereira da Terra	1818-20	Boa
Cura	Jose Antonio da Silveira	1820-21	Boa
Vigário	Antonio Ignácio da Silveira	1821-32	Boa
Cura	Manuel Jose Teixeira	1832-40	Boa
Cura	Jose Antonio da Serpa	1840-50	Boa
Vigário	Manuel d'Oliveira Serpa	1850-52	Boa
Vigário	Jose Antonio de Serpa	1852-53	Boa
Cura	Manuel d'Oliveira Serpa	1853-55	Boa
Cura	Zeferino Jorge da Terra	1855-60	Boa
Presbítero	Zeferino Jorge da Terra	1860	Boa
Vigário	Manuel d'Oliveira Serpa	1860-61	Boa
Presbítero	Manuel d'Oliveira Serpa	1861-63	Boa
Cura	Zeferino Jorge da Terra	1863-66	Boa
Padre	Manuel Jose Machado	1866	Boa
Padre	João Pereira Machado	1866-68	Boa
Cura	Jose Manuel Silveira	1868-72	Boa
Vigário	Manuel Maria de Mello	1872-73	Boa
Vigário	Zeferino Candido de Bettencourt	1873-75	Boa

Na avaliação da caligrafia dos párocos atribuímos-lhes a classificação de Má, Satisfatória, Boa e Muito Boa, o que nos permitiu verificar que a partir da segunda década do século XIX, ocorreu uma alteração positiva na forma dos registos, tal como tínhamos demonstrado no ponto “Análise dos Registos Paroquiais”.

Só o vigário Teodoro Machado Fagundes obteve ao longo do século XVII a classificação máxima, uma vez que a sua caligrafia era de facto muito boa quando comparada com a dos párocos anteriores.

Realçamos o facto de o Vigário Francisco Machado Fagundes ser aquele que mais tempo esteve a exercer funções na paróquia- desde 1664 a 1686. É possível também observar, em alguns casos a ascensão dos párocos dentro da própria hierarquia eclesiástica.

De uma forma geral pode-se considerar que os redactores paroquiais eram cuidadosos, uma vez que em 46 párocos que exerceram funções durante este período, apenas cinco consideramos que tinham má caligrafia.

## **2.5- Visitações**

Esta paróquia foi durante o período em estudo, alvo de várias visitas por parte das autoridades episcopais. Estas visitas revelam-se hoje importantes para o nosso trabalho devido ao rigor que era exigido aos párocos e com o qual nós hoje beneficiamos.

Através dos assentos de casamento verificamos que as visitas eram frequentes, ainda que entre 1675 e 1690 não fossem realizadas visitas á paróquia. Em média de três em três anos, era feita uma visita e na maior parte dos casos, não são feitas advertências aos párocos, o que sustenta a avaliação positiva que fizemos do desempenho dos párocos que por lá passaram.

Realçamos, no entanto a recomendação feita pelo ouvidor José Francisco Furtado de Melo que advertiu que se devia declarar se o defunto era solteiro e o nome dos pais para que não houvesse dúvidas no futuro.

Nos assentos de baptismo e óbito que chegaram até nós, não foi feito um levantamento sistemático e rigoroso das visitasões, pelo que não são aqui alvo de análise.

**CAPÍTULO II**

**ASPECTOS GEOGRÁFICOS, ECONÓMICOS E**

**SOCIAIS**



da Ilha Terceira” deu-nos conhecimento das características geográficas e naturais da ilha do Pico (Drumond,1850:397-398):

*É esta ilha não só muito brava, mas muito estéril e falta de água porque não tem ribeiras, nem fontes perenes assim por seu sertão, como pela costa do mar, todas as que tem, que são muitas, são de enchentes que se fazem da chuva, que descem das altas serras que a ilha tem (...).É esta ilha bordada quase toda por altos, e esclavados rochedos de pedra queimada, sem baia ou enseada alguma capaz de ancorar navio (...). O respirador que tem em cima parece que fuma diariamente, Esta altíssima montanha serve de barômetro aos habitantes das outras ilhas circunvizinhas (...)*

Esta caracterização permite-nos perceber que a ilha do Pico não é muito fértil, não só devido às características do seu relevo, mas também pela escassez de água, fundamental para o desenvolvimento económico de qualquer região.

Na realidade, apenas 3,4% da área total da ilha é arável e só em faixas litorais. A parte mais antiga da ilha é a que oferece mais condições para o cultivo dos cereais (DREPA,1988).

A ilha está como que dividida em duas partes pelo Pico, permitindo uma diversidade de relevo inigualável: se no interior predomina a grande serra do Pico com vastos campos cobertos de matas e pastagem para o gado, a faixa litoral é toda recortada.

Esta diversidade tem como consequência naturalmente, que se em alguns pontos da ilha, não se consiga praticar uma agricultura excedentária, em outros, as qualidades do solo

permitem aos que as habitam, a terem na terra não só a principal fonte de sobrevivência, mas também de crescimento.

Nesta ilha, também denominada de ilha vulcão, as erupções vulcânicas marcaram no passado e ainda hoje, o modo de vida dos seus habitantes. No passado, as erupções vulcânicas de 21 de Setembro de 1572, de 1 de Fevereiro de 1718 e 15 de Janeiro de 1720, para além de provocaram grandes prejuízos na ilha, também criaram uma nova forma de relevo, ao darem origem a curiosas extensões de lava negra a que o povo passou a dar o nome de Mistérios. Estes não são mais que o resultado do arrefecimento das lavas e as fugas de gases vulcânicos.

A forma como as populações definem estes fenómenos, demonstra a incompreensão dos picoenses face aos desígnios divinos, já que por Sua vontade, enormes lavas de fogo inundaram as terras destruindo tudo à sua passagem, tal como nos descreve António Lourenço da Silveira Macedo na sua “*História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta*” no volume III, a partir das informações de um *anonymo lagense* (1871:183-186):

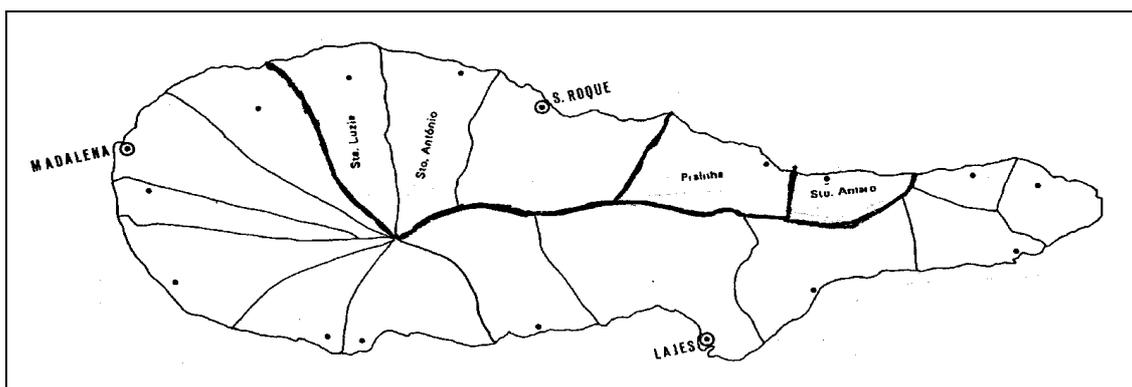
*Sendo em o 1º dia do mez de fevereiro d’este anno (1718), ao romper da manhã (...) e para que os homens não tivessem a desculpa por não entenderem o avizo, que Deus lhes ameaçava, lhes pregou com línguas de fogo de madrugada, aludindo ao texto sagrado, e na sobredita madrugada fallando-lhes Deus ainda ao longe porque lhes falou com o fogo (...).*

Depois das destruições provocadas pelas erupções vulcânicas de 1718 e de 1720, as regiões afectadas tornavam-se inóspitas durante várias décadas e mesmo séculos, tornando-se mais difícil a vida naquela Ilha.

A prosperidade e riqueza da ilha do Pico foi, uma vez mais afectada, pela tristemente célebre crise do oídio que atacou as vinhas em 1852. A vinicultura tinha-se tornado, entretanto, no sector mais importante da sua economia e a crise teve consequências graves nas regiões que dependiam mais da vinicultura.

Administrativamente a ilha do Pico integra três concelhos: Lages, Madalena e S. Roque, tal como podemos observar no mapa 2:

**Mapa 2**  
**Limites do Concelho de S. Roque**



O concelho de S. Roque situado na costa norte do Pico, possui uma extensão de 144,31 Km<sup>2</sup> repartida por cinco freguesias: Santa Luzia (30,69 Km<sup>2</sup>), Santo António (31,81 Km<sup>2</sup>), S. Roque (41,21 Km<sup>2</sup>), Prainha (27,90 Km<sup>2</sup>) e Santo Amaro (12,70 Km<sup>2</sup>).

A freguesia da Prainha é uma das mais antigas de toda a ilha, tal como nos dá disso conhecimento António Macedo (1981: 94): «(...) *a freguesia da Prainha do Norte, a quarta de toda a ilha na ordem de criação (...)*».

A localização privilegiada da Prainha do norte foi reconhecida já em meados do século XIX, ao ser considerada uma das melhores do concelho de S. Roque, nas palavras de Francisco Drumond (1850: 408): «*Esta aldeia é grande e bem situada na beira-mar em terreno quase plano*».

Estrategicamente estava situada entre o mar e a serra, a freguesia de Santo Amaro e a sede de concelho S. Roque, o que lhe trouxe vantagens económicas e comerciais evidentes.

Os habitantes da Prainha souberam tirar partido desta sua situação geográfica, e do facto de aqui, ao contrário do resto da ilha, os solos serem férteis. Assim viveram simultaneamente da terra e do mar: em primeiro lugar do trabalho da terra, produzindo essencialmente cereais e algum vinho, aproveitando os pastos que tinham para criar o gado e finalmente dedicavam-se ainda à pesca, mas como actividade complementar.

Foi por isso considerada, em meados do século XIX a mais rica e a mais populosa do concelho de S. Roque (Governador Santa Rita, 1867:31).

Apesar da crise das vinhas de 1852 ter assumido consequências graves na economia da ilha, esta não afectou de forma tão grave os habitantes da Prainha, uma vez que aqui a vinicultura não era a actividade principal. Na realidade, aproveitavam-se algumas pedaços de terra, onde não se podiam cultivar cereais, para explorar as vinhas para consumo próprio

e não tanto para exportar como acontecia em outras partes da ilha. Esta caracterização é confirmada pelo Governador Santa Rita, (1867: 31), no seu Relatório: «*Produz algum vinho, mas a sua maior produção são os cereais*».

Devido à sua localização junto do mar, foi construído um cais para os barcos, mas a fúria do mar acabou por o destruir, como nos dá disso conhecimento o mesmo Governador Santa Rita no seu Relatório (1867:30): «*Tem um porto soffrivel, aonde ultimamente se construiu um caes que o mar arruinou*».

As características da costa não devem ter atraído os habitantes da Prainha para procurarem no mar a sua principal fonte de sustento, aproveitavam antes a riqueza dos solos que lhes garantia mais resultados e mais segurança.

Perto da Prainha do norte existe um Mistério, a que se dá o nome de Mistério da Prainha, resultado da erupção vulcânica ocorrida a 21 de Setembro de 1572, situado entre esta freguesia e S. Roque. Esta erupção teve sérias consequências na vida destas gentes, tal como nos relata Francisco Drumond (1850:398):

*Ao lado deste Mistério, distante do mar uma légua, achava-se em 1645 uma das 15 ermidas desta ilha, a qual chamavam de Nossa Senhora a Velha, por ter sido paróquia da freguesia ali situada antes de rebentar o fogo, e porque a povoação se mudou para baixo, aonde se chama Prainha, e fizeram outra igreja deixando lá esta (...).*

Esta freguesia foi, uma vez mais, uma das mais fustigadas pelas erupções vulcânicas que se seguiram em 1718 e 1720. No entanto, a sua situação estratégica que a “entalava” entre o mar e a serra, numa planície junto ao mar, com solo fértil e arável, permitiu-lhe recuperar com rapidez destas crises, colocando-a numa posição privilegiada no contexto da Ilha, tal como poderemos verificar de seguida pela evolução económica da paróquia.

## **1.2 - Caracterização económica**

A sobrevivência de cada povo depende, quase sempre, daquilo que é capaz de produzir. Nas zonas insulares essa dependência é ainda mais evidente, procurando-se através dos recursos existentes, retirar a própria sobrevivência, o que em alguns momentos foi mais difícil do que em outros.

Avelino Meneses caracterizou um desses períodos mais críticos da vida dos açorianos, descrevendo a situação de carência agrícola que se viveu no século XVIII, nas ilhas açorianas do Pico e do Faial (1995:337-338):

*Nos Açores de setecentos, a par das provas de fertilidade cerealífera também os sintomas de carência, que penalizam mais as ilhas do grupo central, sobretudo o Faial e o Pico (...). No período de 1740 e 1770, que estudamos mais detalhadamente, nas ilhas do Faial e do Pico, registamos a escassez de cereais permanentes ou descontinua durante respectivamente 18 e 14 anos, apesar da eventual falta de fontes denunciar maior penúria*

A agricultura era a actividade económica fundamental nas ilhas açorianas, ocupando a quase totalidade dos efectivos populacionais, mais numas regiões do que em outras. Ainda assim, era muitas vezes necessário, recorrer ás transações comerciais com as freguesias vizinhas e trocas comerciais com o continente e as outras ilhas para superar as carências que cada região, ou cada ilha tinha. As relações comerciais com o continente trouxeram em alguns momentos, consequências negativas para os açorianos pois como a metrópole também carecia de cereais, alguns produtores de cereais das ilhas, preferiram vender os cereais na metrópole, provocando sérias carências cerealíferas às populações insulares (Mendonça, 1996:102).

A ilha do Pico esteve até meados do século XIX, muito ligada à produção excedentária de vinho, mas pelo contrário, a produção de trigo e milho era deficiente devido à pobreza de uma parte dos solos da ilha: pedregosos e pouco férteis. Em alguns períodos não se conseguia produzir o suficiente para consumo e para sementes, mas como as ilhas do Faial, Flores e Corvo eram auto-suficientes, era frequente recorrer-se aos abastecimentos vindos dessas ilhas. Eram fundamentais essas trocas comerciais entre ilhas vizinhas, sendo esta relação de interdependência reconhecida por Francisco Drumond (1850:399):

*Mas é bem sabido, e fora de toda a dúvida que esta ilha não poderia existir povoada, a não ser a ilha do Faial que a socorre (...). Da mesma forma se pode considerar, que a não ser ela o Faial valeria muito pouco.*

Aproveitando as características do relevo e do clima, cada ilha ia-se especializando em determinadas produções e as trocas comerciais para além de serem naturais, eram muitas vezes indispensáveis.

A freguesia da Prainha do norte, situando-se numa região beneficiada da ilha do Pico, em termos de relevo e solo, só parcialmente foi prejudicada pela crise das vinhas. No entanto para conhecermos as alterações ocorridas nas produções da Prainha, e perceber as diferenças de produção entre as freguesias do concelho de S. Roque, na segunda metade do século XIX, recorreremos a duas fontes: os mapas apresentados por António Lourenço da Silveira Macedo na “*História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta*” (1871:194-212) e um levantamento feito por Norberta Amorim (2002), referente ao ano de 1884.

Para além destas e como ponto de partida, servirmo-nos, uma vez mais, do levantamento feito pelo Governador Santa Rita (1867: 50) que nos descreve o que se produzia na Prainha em 1865:

*“A estatística do anno de 1865 apresenta a seguinte producção:*

*3: 444 litros de vinho*

*71: 687 litros de trigo*

*89:425 litros de milho*

*1:330 litros de favas*

*3: 447 litros de tremoços*

*4:434 Kilos de batata ingleza*

*88:686 Kilos de inhames*

*612 Kilos de lã.”*

Assim, foi-nos possível estabelecer comparações e observar algumas mudanças, em alguns casos significativas, nos hábitos de produção dos habitantes da Prainha e comparar as produções das freguesias do concelho.

Ainda que estes anos já não façam parte do nosso período em estudo, era incompreensível se dispensássemos estes dados que permitem perspectivar melhor as alterações na vida destas populações, que é um dos objectivos deste trabalho.

Nos casos em que não obtivemos informações que nos permitissem completar o quadro, colocamos um traço, o que não significa que não houvesse produção, mas nas fontes a que nos recorremos, essa mesma informação não constava.

**Quadro 2**  
**Produções das freguesias do concelho de S. Roque**  
**Anos de 1871 e 1884**

Freguesia	Prainha		S. Amaro		S. António		S. Luzia	
	1871	1884	1871	1884	1871	1884	1871	1884
Trigo	59.000 l	18.720 l	-	860 l	10.200 l	9.500 l	220 l	53.080 l
Milho	202.00 0 l	13.550 l	104. 200 l	150.00 0 l	188.000 l	150.000 l	1.200 l	64.800 l
Centeio	-	-	-	-	115 l	-	650 l	-
Feijão	-	-	-	-	300 l	-	160 l	-
Favas	4.360 l	-	1.780 l	-	7 560 l	-	1.220 l	-
Ervilhas	85 l	-	-	-	300 l	-	-	-
Batata inglesa	6.900 Kgs	-	8.500 Kgs	-	70.000 Kgs	-	13.100 l	-
Batata doce	14.600 Kgs	-	1. 200 Kgs	-	13.100 Kgs	-	26.000 l	-
Inhame	58.000 Kgs	-	20.000 Kgs	-	24.500 Kgs	-	19.000 l	-
Vinho	1.800 l	650 l	500 l	2.000 l	1.600 l	4.000 l	2.950 l	3.000 l
Aguarden te	35 l	20 l	12 l	24 l	20 l	20 l	530 l	20 l

Vinagre	80 l	150 l	30 l	140 l	1.425 l	-	9.600 l	100 l
Figos	-	-	1.900 l	-	55.000 l	-	19.800 l	-
Laranjas	80 mil	-	2 mil	-	16 mil	-	4 mil	-
Maças	900 mil	-	500 mil	-	4.000 mil	-	4.800 mil	-
Pêras	-	-	-	-	350 mil	-	120 mil	-
Pêssegos	1.200 mil	-	-	-	1.500 mil	-	50 mil	-
Castanhas	38.000 l	-	-	-	2.100 l	-	200 l	-
Nozes	4.530 l	-	-	-	112 l	-	-	-
Damascos	-	-	-	-	16.000 l	-	7.980 l	-
Ameixas	-	-	-	-	780 l	-	300 l	-
Abóboras	2.600 mil	-	2 mil	-	2.000 mil	-	1.200 mil	-
Bogangos	450 mil	-	-	-	4.000 mil	-	2.500 mil	-
Cebolas	2 mil	-	4 mil	-	15 mil	-	9 mil	-
Alhos	1.000 mil	-	-	-	25 mil	-	30 mil	-
Lã branca	175 Kgs	20 Kgs	55 Kgs	30 Kgs	350 Kgs	650 Kgs	500 Kgs	50 Kgs
Lã preta	88 Kgs	44 Kgs	36 Kgs	100 Kgs	400 Kgs	870 Kgs	320 Kgs	100 Kgs
Manteiga	400 Kgs	-	200 Kgs	-	300 Kgs	-	250 Kgs	-
Queijo	-	-	25 Kgs	-	500 Kgs	-	100 Kgs	-
Panos de linho	40 m	40 m	-	-	60 m	-	180 m	-
Panos de lã	200 m	120 m	90 m	160 m	400 m	1.000 m	3.900 m	1.500 m
Colchas	8	-	-	-	5	84	68	50
Lenha	270 mil	1.600.000 m <sup>3</sup>	-	1.600.000 m <sup>3</sup>	-	2.8000.000 m <sup>3</sup>	200 mil	600.000 m <sup>3</sup>
Carvão	12 l	-	-	-	-	-	300 l	-
Faia	-	-	500	-	200	-	650	-
Pinheiros	45	-	-	-	8	-	200	-

mil.- milheiros l- litros m- metros

A análise do quadro permite-nos fazer as seguintes leituras:

a)- Entre 1865 e 1871 a Prainha viu significativamente reduzida a sua produção de vinho que passou dos 3.444 litros para os 1.800 litros. Entre estes dois períodos reduziu também a produção de trigo e inhame.

b)- Em 1871 a freguesia da Prainha produzia quantidades significativas de trigo e milho, superiores às restantes freguesias do concelho. Enquanto esta produzia 59.000 litros de trigo, Santo António que produziu mais, logo abaixo da Prainha, produziu apenas 10 200 litros, e Santo Amaro não produziu. No caso do milho, as diferenças entre a Prainha e Santo António não eram muito significativas.

c)- No entanto, na Prainha em 1884 estas produções desceram abruptamente, principalmente a do milho de tal forma que a produção não era suficiente para o consumo. Em compensação continuava a produzir mais trigo do que aquele que consumia.

d)- Santa Luzia era extremamente deficitária de cereais em 1871, mas começa a recuperar significativamente como se comprova pelas produções de 1884.

e)- A batata doce em 1871 era produzida em maiores quantidades do que a batata inglesa apenas na Prainha e em Santa Luzia, com uma predominância clara desta última. A freguesia de Santo António era a que produzia mais batata inglesa, em quantidades significativamente superiores às restantes freguesias do concelho servindo quiçá como centro fornecedor. No ano de 1884 não temos conhecimento das produções conseguidas em todas as freguesias.

f)- Em quantidades mais elevadas que as restantes freguesias vizinhas, produzia a Prainha em 1871, o inhame, castanhas, nozes, abóboras e alhos.

g)- O vinho, principal produção da ilha do Pico até meados do século XIX, em 1871 não era um produto importante na economia da freguesia da Prainha e muito menos em Santo Amaro. Nesta altura, era Santa Luzia quem conseguia produzir mais com 2.950 litros.

Destaque-se que no período seguinte de 1884 todas as freguesias aumentaram a produção de vinho, excepto a Prainha que ainda reduziu mais a produção. Mesmo depois da plantação de novas castas e já em 1884, a Prainha produzia apenas para consumo, Santo Amaro consumia mais do que produzia pelo que teria que recorrer à importação de outras freguesias como poderia ser Santo António ou Santa Luzia que produziam mais do que aquilo que consumiam.

h)- Na produção de frutas destaca-se a elevada produção de Santo António.

i)- As produções ligadas à criação de gado destacam-se as freguesias de Santo António e de Santa Luzia que eram certamente aquelas que exploravam mais a criação de gado e daí retiravam outros complementos à sua economia: panos, manteiga, queijo e as colchas.

j)- Da exploração das florestas também retiravam mais benefícios as freguesias de Santa Luzia e Santo António.

l)- Em apenas 14 anos a produção agrícola parece ter diminuído significativamente, sem haver algum produto que tivesse, entretanto, começado a produzir-se em maiores

quantidades. Destacam-se apenas dois aumentos: o da produção de vinagre e de lenha cortada.

Em conclusão, a análise do período de 1871 mostra-nos ainda que a freguesia da Prainha vivia essencialmente da produção de cereais, tal como já nos tinha informado o Governador Santa Rita. Repare-se também na grande variedade de produtos hortícolas que se produziam e que confirmam a riqueza do solo nesta parte da ilha.

Para o ano de 1884, as informações recolhidas não nos permitem tirar conclusões acerca da variedade e quantidade dos produtos desse ano, sendo apenas possível, estabelecer comparações com o período anterior.

Os dados recolhidos por Norberta Amorim (2002) permitiram-nos obter também informações importantes acerca da economia do concelho de S. Roque, pelo que aproveitamos para estabelecer algumas comparações com os outros concelhos. Assim em 1884, dos três concelhos da ilha do Pico, era no de S. Roque que se consumia e produzia menos batata inglesa e doce, feijão, inhame, vinho e aguardente, em quantidades que muitas vezes, não eram suficientes para consumo. Para compensar, a vila de S. Roque era a maior produtora de frutas da ilha do Pico (maçãs, pêras, pêsegos, figos e castanhas) que exportava em troca de cereais como trigo e milho que lá escasseavam. Esta carência do concelho, tornava certamente mais importante a freguesia da Prainha do norte que tinha capacidade de vender cereais.

Partindo do conhecimento de que as freguesias também encontravam nos pastos um meio de subsistência, recolhemos informações nas mesmas fontes, às quais acrescentamos

ainda os dados fornecidos pelo Governador Santa Rita (1867:50). A partir destas, estabelecemos uma comparação entre o número de gado existente na freguesia da Prainha em três períodos e que apresentamos no Quadro 3:

**Quadro 3**  
**Gado existente na Prainha**  
**Anos de 1865, 1871 e 1884**

<b>Gado</b>	<b>1865</b>	<b>1871</b>	<b>1884</b>
Bovino	540	329	400
Ovino	958	744	920
Caprino	86	44	204
Suíno	345	308	400
<b>TOTAL</b>	<b>1929</b>	<b>1425</b>	<b>1924</b>

A criação de gado era também importante na Prainha, funcionando esta actividade como um complemento económico importante. Em primeiro lugar destacamos a descida significativa do número de animais na freguesia entre 1865 e 1871, para de seguida, se registar um aumento significativo. Este será o resultado do acréscimo de trabalhos agrícolas e que obrigaram os habitantes da Prainha a comprar mais e novos animais.

Repare-se no aumento significativo de gado caprino, que passou das 44 cabeças para as 204, ainda que seja mais evidente a preferência pelo gado ovino que passou das 744 para as 920 cabeças. A preferência por este gado justifica-se porque, para além da carne dos animais, permitia ainda o aproveitamento da lã para fazer panos de lã preta e branca e para colchas. No entanto, a Prainha, era de todas as freguesias de S. Roque, a que

produziu menos lã preta e branca em 1871 e em 1884 como poderemos verificar no Quadro 2.

Em 1884 a Prainha possuía o maior número de bois, e um menor número de vacas; era também a freguesia que possuía mais carneiros, mas menos ovelhas; mais bodes, mas menos cabras; mais porcos e apenas um terço desse valor de porcas, em conclusão predominavam os machos sobre as fêmeas.

Estas diferenças, que numa primeira leitura parecem não ter justificação, são afinal justificáveis tendo em conta a situação económica dos habitantes da Prainha. A posse de animais machos é importante dada a sua utilidade como animal de tracção; demonstra o poder económico que estes tinham, pois nas restantes paróquias havia mais fêmeas porque estas representavam procriação e novos animais para vender, enquanto que os habitantes da Prainha tinham capacidade económica para comprar animais jovens ou mesmo fêmeas.

A comparação e análise no Quadro 4, relativo ao número de cabeças de gado nas outras freguesias, permitirá confirmar se a criação de gado era também importante nas suas economias locais.

**Quadro 4**  
**Gado das freguesias de Santo Amaro, Santo António e Santa Luzia**  
**Anos de 1871 e 1884**

<b>Gado</b>	<b>Santo Amaro</b>		<b>Santo António</b>		<b>Santa Luzia</b>	
	<b>1871</b>	<b>1884</b>	<b>1871</b>	<b>1884</b>	<b>1871</b>	<b>1884</b>
Bovino	88	290	242	450	190	130
Ovino	103	260	1205	1900	1360	1000
Caprino	1	10	50	138	64	132
Suíno	79	90	200	240	250	200
<b>TOTAL</b>	<b>271</b>	<b>650</b>	<b>1697</b>	<b>2728</b>	<b>1864</b>	<b>1462</b>

Como podemos concluir pela análise do quadro, destaca-se a freguesia de Santo António que em ambos os períodos manteve um volume elevado de gado, de todos os tipos. Apesar de, por exemplo, Santa Luzia reduzir em todo o tipo de gado, excepto o caprino e Santo Amaro aumentar o número de cabeças de gado, nenhuma destas atingiu um valor tão elevado como Santo António. De facto esta freguesia destaca-se, mesmo em relação à Prainha pela elevada criação de todo o tipo de gado, excepto o suíno que a Prainha criava em maior número.

Do número total de gado criado em cada uma das freguesias, no primeiro período era Santa Luzia quem criava mais enquanto que no segundo era Santo António. Santo Amaro sempre se destacou pelo reduzido número de cabeças de gado que lá se criava. Assim, concluimos que a criação de gado era importante na economia destas freguesias, com evidente maior importância económica em umas do que em outras.

O número elevado de gado criado permite-nos supor que esta actividade servia como moeda de troca para outros produtos de que as freguesias careciam, como era o caso de Santa Luzia.

Para além da prática da agricultura e da criação de gado, havia ainda uma parte da população que se dedicava a actividades ligadas á indústria, mas que assumia um papel pouco significativo na economia da ilha e das freguesias. A indústria existente na ilha do Pico, dedicava-se fundamentalmente à fiação e tecelagem, tal como nos descreve António Macedo (1871:76):

*Os estabelecimentos fabris desta ilha alem de alambiques que só trabalhão desde agosto até ao fim d'outubro, reduzem-se a uma fábrica de tabaco na villa das Lages,*

*dous fornos de cal na villa da Magdalena e immensos teares em que as mulheres tecem muito panno de lã, algum de linho e algodão (...)*

Também existia na Prainha um sector comercial representado por pequenas lojas que aí existiam e que estão directamente relacionadas, com algumas das principais actividades que aqui se levavam a cabo.

Vejamos então os estabelecimentos comerciais existentes nas freguesias do concelho em 1871 a partir das mesmas fontes que serviram de base aos Quadros anteriores.

**Quadro 5**  
**Estabelecimentos comerciais da Prainha**  
**Ano de 1871**

<b>Estabelecimentos</b>	<b>Prainha</b>	<b>Santo Amaro</b>	<b>Santo António</b>	<b>Santa Luzia</b>
Lojas de fazenda	4	2	1	1
Botequins	2	2	2	1
Tabernas	2	2	2	1
Oficinas	5	2	5	3

Como se pode observar, a Prainha evidencia-se pela superioridade numérica dos estabelecimentos fabris que aí existiam quando comparado com as restantes freguesias. Uma vez mais se pode verificar a importância económica desta freguesia no contexto do concelho de S. Roque, ao existir aí um número significativo de oficinas e de lojas de fazenda. Cada um destes estabelecimentos, estava ligado às duas actividades mais importantes que aqui se levavam a cabo: a agricultura e a criação de gado.

Para conhecer a origem do poder económico e social dos habitantes da freguesia, procuramos também outras fontes que nos fornecessem informações, acerca da ocupação profissional dos que aqui habitavam, uma vez que as profissões são representativas das principais actividades económicas da freguesia.

O levantamento feito pelo pároco António Ignácio da Silveira, que esteve na paróquia e elaborou um “*Estado da População da Freguesia de N. Sr<sup>a</sup> d’Ajuda, Concelho de S. Roque, da ilha do Pico*”, de 1836, permitiu-nos compreender melhor como e de que viviam estas gentes.

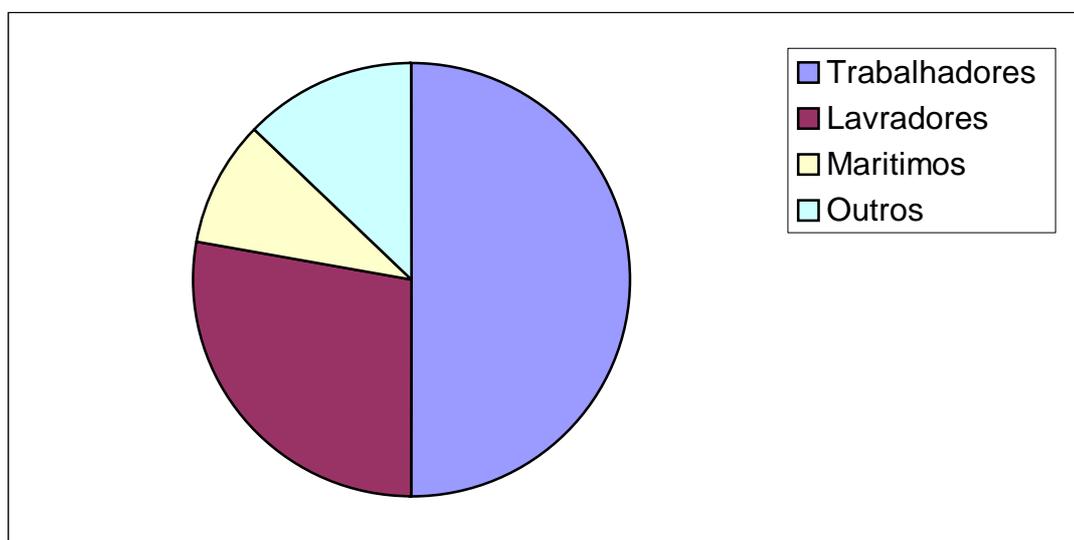
Assim pudemos verificar que havia nesta altura **427 proprietários; 57 não proprietários**; sete pessoas que *viviam unicamente das rendas das suas propriedades*; três salarizados de *qualquer maneira pelo Estado, excepto militar*; 52 que *viviam unicamente do seu trabalho mecânico ou da industria*; **427 que reúnem no seu trabalho alguma outra renda ou ordenado** e finalmente um mendigo fixo.

Esta descrição confirma a prosperidade e riqueza da paróquia e dos habitantes dela. Havia um número elevado de pessoas que eram proprietários de terras e de pessoas que recebiam outras rendas ou ordenados que representavam uma percentagem significativa da população que aqui vivia por esta altura.

Se este estudo nos dá uma visão importante da riqueza e da forma como esta estava se reflectia no modo de vida das gentes desta paróquia, o Mapa realizado dois anos depois, permite-nos obter informações ainda mais completas e que tornam mais compreensível a vida desta comunidade. Tornou-se mais fácil reconhecer o peso que cada actividade tinha na economia da comunidade da Prainha do norte.

No “*Mappa da População da freguesia de N. Senhora d’Ajuda do Concelho da villa de S. Roque desta Ilha do Pico*”, de 1838 o mesmo vigário, fez um levantamento das pessoas que viviam na freguesia, a sua idade e a profissão que exerciam nesta altura e que estão representados no Gráfico 1.

**Gráfico 1**  
**Actividades profissionais na Prainha em 1838**



A partir do gráfico podemos observar que a maior parte da população da Prainha vivia quase exclusivamente do trabalho da terra, o que vem demonstrar, não apenas a riqueza destes solos, mas principalmente a posse das propriedades por pessoas que ali habitavam- 27,7% dos chefes de família eram proprietários de terras.

O número de homens que se empregavam na agricultura, enquanto trabalhadores, representam cerca de 50% dos homens da paróquia.

A distinção entre lavradores e trabalhadores reside em que os segundos, ou não são proprietários de bens próprios ou são de pequenas propriedades e complementam a actividade com trabalhos sazonais para outros. Os lavradores normalmente têm

propriedades suficientes para a sua actividade e possuem gado próprio como, por exemplo, juntas de bois ou rebanhos.

O número de marítimos que aqui existia era elevado- um total de 49 que representa 9,4% das pessoas trabalhadoras, se tivermos em consideração que a principal base da economia é a terra.

As restantes funções exercidas na paróquia como os carpinteiros, pedreiros, tanoeiros, ferreiros, entre outros, ocupavam um número reduzido dos habitantes- cerca de 55 do total de habitantes que representam 10,5 %.

Destacamos que havia também 12 inválidos na freguesia.

No nosso trabalho procurámos conhecer, para além das características geográficas/económicas da freguesia, também o modo de vida destas gentes. Saber como viviam, para além do trabalho, apresentava-se-nos ser uma tarefa difícil e para o qual não possuíamos muitas fontes, mas começámos por procurar nos aspectos que mais marcavam a vida destas populações- a religião.

Devido às catástrofes naturais, a devoção e os pedidos de auxílio dos habitantes da ilha do Pico, deram origem a manifestações de fé muito frequentes entre estas gentes e que procuram sobreviver até hoje, com o passar de tradições de geração em geração. Foi essa procura da protecção divina que procuramos conhecer através do estudo das diversas formas de manifestação religiosa aqui existentes. Através do Relatório do Governador Santa Rita de 1867, obtivemos a descrição da igreja paroquial, o mais importante monumento religioso da paróquia (Santa Rita, 1867:50):

*A igreja parochial tem 42,46 de comprimento e 26,2 de largura. São cinco altares, com a dedicação á Senhora da Ajuda, orago da parochia, Senhora das Dores, S. Luiz, Senhor Jesus. Este templo foi edificado em 1787 e acha-se em bom estado de conservação. Os paramentos estão bem conservados. O cemitério está situado ao pé da igreja*

Esta igreja era considerada bonita: « (...) *é um dos melhores templos do Pico, bem situada: tem um bello adro muito vistoso*» (Macedo, 1871:94).

Para além da igreja havia ainda três ermidas: a da Sr<sup>a</sup> das Dores (situada na Areia do Mouro e foi fundada por Manuel Ferreira de Mello); a da Sr<sup>a</sup> da Piedade da Prainha de Cima e a de S. Pedro, no lugar de S. Pedro, estando estas duas sob administração da igreja.

António Macedo (1871:95) refere que em 1866 existia aqui apenas a confraria do Santíssimo Sacramento e mais tarde é também referida a existência de duas irmandades do Espírito Santo.

Se a igreja católica é uma das primeiras referências para a educação das crianças, só mais tarde é que se reconhece a importância de uma formação escolar ministrada por um professor. A institucionalização do ensino e o seu alargamento a todo o território foi um processo longo e moroso e que ainda hoje sofre de algumas deficiências. Assim, procuramos conhecer a evolução do ensino na Prainha e para isso encontramos duas fontes:

A primeira foi o levantamento feito pelo vigário Antonio Ignácio da Silveira, “*Estudo da População da Freguesia de N. Srº da Ajuda, concelho de S. Roque, da ilha do Pico*” em 1836, onde refere que não havia estabelecimentos de educação na freguesia.

Posteriormente, o Relatório do Governador Santa Rita informa-nos que em 1866, a paróquia possuía uma escola primária para rapazes que tinha sido criada em 1859, frequentada por 36 alunos, mas onde tinham sido matriculados 59. Havia sido também criada uma escola para as raparigas. A casa e a mobília dessa escola foram dadas pela junta da paróquia (Santa Rita, 1867:50).

Só no período da 1ª República e com a institucionalização de um estado laico, é que se darão passos mais seguros em direcção a um alargamento do ensino primário a todo o país. De qualquer forma foi difícil estender o ensino a todas as crianças uma vez que nem sempre era reconhecida pelos pais a importância da alfabetização, principalmente em comunidades rurais. O facto de na Prainha, por exemplo, estarem matriculadas 59 crianças, mas só frequentarem 36, mostra a dificuldade que o ensino teve em se impor.

## **2- ALGUNS INDICADORES DA EVOLUÇÃO POPULACIONAL**

Neste estudo que pretende limitar-se ao estudo da Nupcialidade na paróquia da Prainha entre 1664 e 1764, não seria compreensível se dispensássemos uma perspectiva da evolução da população em períodos posteriores aos períodos em análise. Esse estudo permitir-nos-á ter uma visão das alterações que foram ocorrendo e que podem ter a sua justificação em acontecimentos ocorridos ainda durante o período que analisaremos.

As condições naturais e económicas das regiões influenciam decisivamente a fixação das gentes. Assim e tal como já referimos anteriormente, as ilhas do arquipélago

dos Açores atraíram desde cedo pessoas do continente para as irem povoar, mas, devido às suas origens vulcânicas, foram muitas vezes inóspitas para essas gentes. As erupções vulcânicas e os terremotos que destroem campos e aldeias são duas consequências das características naturais das ilhas.

Cada ilha açoriana possui uma realidade própria, que a distingue umas das outras. Tal é o caso da ilha do Pico, marcada pela presença imponente do pico, que marca decisivamente o relevo e a divisão da propriedade, influencia o tipo de solos existente e a posse das propriedades. Os habitantes da Ilha do Pico viviam essencialmente da agricultura, dependentes da vontade da Natureza, mas habituados, desde sempre, aos seus caprichos. Dependendo dos recursos que garantiam a terra e o mar, foram crescendo as populações, lutando contra as adversidades e caprichos da Natureza, procurando impor-se para extrair a subsistência. Se em alguns períodos essa luta foi vencida pelo Homem, outras houve que lhe foram adversas e que tiveram consequências ao nível populacional, agravados algumas vezes por surtos epidémicos que tinham consequências significativas ao nível demográfico (Rocha: 2001).

Por exemplo, a crise vinícola dos meados do século XIX, teve como consequência a fuga das populações das regiões mais afectadas para outros destinos, à procura de um futuro menos incerto.

Deste e de outros períodos de crise, com consequências ao nível populacional, foi o que procuramos conhecer quando elaboramos um quadro com as alterações populacionais que foram ocorrendo ao longo do século XIX na ilha do Pico a partir das informações recolhidas na obra de Maria Isabel João (1991:38).

**Quadro 6**  
**População da ilha do Pico-1820 a 1878**

Anos	1820	1849	1864	1878
População	24.940	31.246	27.736	26.396

A análise do quadro sugere que os habitantes da ilha do Pico procuraram na emigração a resposta às dúvidas e incertezas que se lhes colocaram após a destruição das vinhas. Na primeira metade do século XIX ocorreu um aumento populacional significativo, resultado não só de um bom período económico que a ilha atravessou, mas que também pode estar relacionado com o período político conturbado que se vivia no continente e no Brasil, que não incentivava à emigração.

A diminuição populacional que se fez sentir, na segunda parte do século XIX, foi uma diminuição primeiro significativa e depois mais gradual, resultado por um lado da crise agrícola que provocou uma crise económica e social, mas também pode ter sido a resposta ao chamamento do novo país independente, o Brasil, que agora estava em franco desenvolvimento e atraía muita gente.

Foi uma resposta normal a dos picoenses, a de recuperar da crise que se tinha instalado, procurando outros destinos, mas, ainda assim a ilha demonstrou possuir recursos naturais suficientes, para manter as pessoas e não ocorrer uma diminuição muito significativa da população.

Assim, sabendo que na ilha do Pico se registou uma diminuição gradual da população, procuramos saber o que aconteceu na freguesia da Prainha, tentando perceber como foi a resposta da freguesia à crise vinícola com consequências económicas e sociais, ocorrida na segunda metade do século XIX. Para isso servimo-nos de diversas fontes a

partir das quais construímos um quadro de fácil leitura, com as alterações demográficas ocorridas na população da Prainha.

**Quadro 7**  
**Evolução da população da Prainha**

<b>Anos</b>	<b>Fogos</b>	<b>Sexo Masculino</b>	<b>Sexo Feminino</b>	<b>Total de habitantes</b>	<b>Relação de Masculinidade</b>	<b>Nº de habitantes por fogo</b>
<b>1835</b>	489	836	1006	1842	83	3,8
<b>1838</b>	471	831	1003	1834	83	3,9
<b>1866</b>	491	754	1005	1759	75	3,6
<b>1871</b>	491	740	998	1738	74	3,5
<b>1884</b>	510	670	900	1570	74	3,1

É visível uma diminuição populacional gradual na segunda metade do século motivada certamente pela emigração ou por migrações para as zonas urbanas. Justificação confirmada pelas relações de masculinidade que se foram alterando: a relação passou dos 83 homens por 100 mulheres no primeiro período observado, para os 74 homens por 100 mulheres a partir de 1871. O desequilíbrio dos sexos foi-se acentuando na segunda metade do século, quando o número de homens não atingia sequer os 700 e as mulheres atingiam as 900. As observações das relações de masculinidade mostram algumas diferenças ocorridas durante o período em observação: os anos de 1871 e 1884 são os mais afectados pelo fenómeno da emigração diferencial, com uma relação de 74 homens em cada 100 mulheres.

O número de fogos aumentou nestes períodos, o que pode demonstrar uma alteração ocorrida nos tipos de família, hipótese fundamentada pela redução gradual do

número de habitantes por fogo, certamente motivada pelos movimentos migratórios e a emigração. A freguesia seguiu um comportamento semelhante ao da Ilha.

Comparemos agora as alterações ocorridas nas restantes freguesias do concelho no ano de 1884 (Amorim: 2002) de forma a poder contextualizar melhor os comportamentos verificados na Prainha do norte.

**Quadro 8**  
**População das freguesias do concelho de S. Roque em 1884**

<b>Freguesias</b>	<b>Fogos</b>	<b>Sexo Feminino</b>	<b>Sexo Masculino</b>	<b>Total de habitantes</b>	<b>Relação de Masculinidade</b>	<b>Nº de habitantes por fogo</b>
Prainha	510	670	900	1570	74	3,1
Santo Amaro	258	380	482	862	79	3,3
Santo António	411	618	781	1399	79	3,4
Santa Luzia	260	438	578	1016	76	3,9

Das freguesias do concelho, a Prainha distinguiu-se por ser a mais populosa, situando-se depois a de Santo António, Santa Luzia e finalmente Santo Amaro que não chegava sequer aos 900 habitantes.

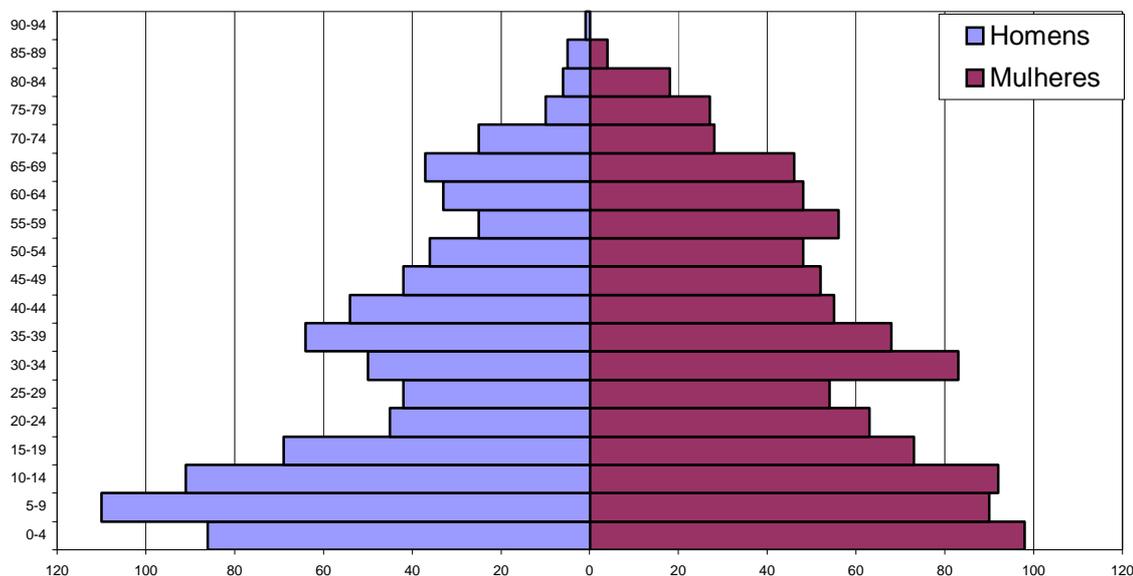
Ao considerarmos as relações de masculinidade, verificamos que a Prainha é a que apresenta uma relação mais reduzida com apenas 74 homens para 100 mulheres. Pelo contrario as freguesias de Santo Amaro e Santo António são aquelas que mantêm um equilíbrio maior entre os sexos com uma relação de 79 homens para 100 mulheres. Estas relações de masculinidade podem ser importantes indicadores da influencia do fenómeno

da emigração diferencial ou das migrações nas freguesias onde a relação de masculinidade é mais desigual.

A Prainha era também a que tinha maior número de fogos-510, e é aquela que tem o menor número de habitantes por fogo- 3,1. Santa Luzia pelo contrário, ao ser aquela que tem menor número de fogos, tem o maior número de habitantes por fogo -3,9. Santo Amaro e Santo António têm valores muito próximos quer no número de habitantes por fogo como na relação de masculinidade.

O levantamento do *Estado da População da Freguesia de N. Sr<sup>a</sup> d' Ajuda, do Concelho da Villa de S. Roque , da ilha do Pico* de 1836 forneceu-nos uma contagem diferenciada por sexos e idades, permitindo-nos elaborar um gráfico da estrutura da população desse ano, e perspectivar a evolução da renovação populacional na freguesia

**Gráfico 2**  
**Estrutura da População da Prainha 1836**



O pároco forneceu-nos informações importantes, sendo possível observar que havia nesta altura na freguesia da Prainha 831 homens; 1003 mulheres num total de 1834 pessoas, dos quais 583 eram casados, 127 viúvos e 1132 solteiros.

Como a análise do gráfico nos mostra, a renovação populacional estava garantida com a existência de um número significativo de crianças que por esta altura se encontravam na paróquia. No entanto, a retracção do grupo etária entre os 19 e os 34 anos, mostra a saída de jovens da paróquia, evidenciando-se uma emigração fortemente masculina. A pirâmide mostra ainda uma distribuição desigual entre os sexos que se pode atribuir, não apenas a uma mortalidade diferencial a afectar mais os homens, como a uma emigração predominantemente masculina, mais evidente na faixa etária dos 30-34 anos, o que pode comprometer numa primeira fase, a nupcialidade. A resistência do sexo feminino é comprovada pela existência de um número superior de mulheres nas faixas etárias acima dos 75 anos.

Tendo por base estes indicadores históricos, geográficos, naturais e demográficos, partiremos de seguida para o estudo da variável Nupcialidade durante o período de 1664 a 1764 na paróquia da Prainha do norte.

Esse estudo permitir-nos-á perspectivar a ligação que existiu neste período entre as crises agrícolas/económicas com alguns comportamentos ligados ao casamento e com consequências ao nível da própria população.

**CAPÍTULO III**  
**ANÁLISE DEMOGRÁFICA DA**  
**NUPCIALIDADE**

## 1- INTRODUÇÃO

Actualmente podemos definir o casamento como um acto jurídico pelo qual se funda ou se forma um novo núcleo familiar. Este representa um papel fundamental na própria estrutura social.

Contudo, esta definição nem sempre foi a mais adequada para definir o casamento em períodos anteriores. O casamento tem evoluído com as alterações que lhe foram sendo feitas, daí que procuremos fazer, numa primeira parte, uma retrospectiva sucinta de algumas das fases mais importantes que este atravessou e que contribuíram para a sua evolução. Em seguida, analisaremos algumas variações de comportamentos que se tornaram visíveis e se reflectiram na própria nupcialidade.

O casamento tem sido visto de diferentes formas, em diferentes períodos, mas sem dúvida que foi no século XII que se atingiu uma fase importante quando foi reconhecido como um sacramento pelo Direito Canónico. Considerava-se então que o casamento dependia da vontade de ambos os nubentes, que perante um membro da igreja demonstravam essa vontade, pronunciando os votos solenes. Para que esse casamento fosse considerado válido, era necessário que fossem respeitadas algumas condições que a Igreja impunha, tais como o respeito pelos períodos do Advento e da Quaresma, ou, a proibição do casamento entre primos até ao sétimo grau de consanguinidade. O casamento era também indissolúvel, mas havia a possibilidade de se anular se essa fosse a vontade de ambos os cônjuges, acto definido como o *divortium*, da exclusiva responsabilidade e competência da Igreja (Lebrun, 1983:19-28).

Alguns séculos se passaram e só com o Concílio de Trento e a publicação do decreto *De reformatione matrimonii*, a Igreja define alguns dos princípios fundamentais para a concretização do casamento e que sucintamente descrevemos: o casamento é um sacramento entre duas pessoas que só pode ser ministrado por um membro da Igreja católica, após a publicação pública dessa vontade, os denominados de “banhos”. Continua a ser a Igreja a única instituição que pode desfazer esta união (Lebrun,1983:19-28).

De uma forma simples e objectiva, podemos afirmar que para a Igreja católica, o casamento era a legitimação das relações sexuais necessárias à procriação e à continuidade do Homem, era a forma encontrada de cumprir a vontade de Deus quando afirmou: “*crescei e multiplicai-vos*”.

O casamento, ao ser ministrado pela Igreja Católica, conferia-lhe um grande poder, pois possuía a exclusividade de tornar as uniões em actos permitidos e abençoados por Deus. Esta importância é visível na própria legislação canónica publicada pela Igreja.

Se a Igreja Católica reconheceu, já há muito tempo, a importância do casamento, o Homem precisou de mais tempo para reconhecer o valor que este acto possui, uma vez que este é o único momento na sua vida, sobre o qual ele possui e manifesta vontade própria e tem capacidade de decisão, senão vejamos:

Sobre a morte nunca foi possível, e ainda hoje não o é, apesar dos avanços da Medicina e da melhoria das condições de vida do Homem, impor a vontade humana, conseguindo-se apenas e em alguns casos, adiar esse momento, mas nunca evitá-lo.

Em outro momento fundamental da vida, o nascimento de uma nova vida, também o homem não exerce, muitas vezes, completamente a sua vontade. Durante muito tempo acreditou-se que a fertilidade feminina dependia exclusivamente de Deus e quando o homem aprendeu a controlar essa capacidade, não conseguia fazê-lo sempre. A divulgação dos métodos contraceptivos permitiu um maior controle da fecundidade feminina, mas não o seu total domínio.

Assim, quando estudamos o casamento, estudamos um acto voluntário do homem, exclusivo mais ou menos da sua vontade: « *...Num sentido amplo, o estudo da nupcialidade é, do ponto de vista da história social e da antropologia histórica, a mais interessante das componentes demográficas, porque é a menos natural das variáveis que caracterizam um sistema demográfico* (Rowland, 1998:72)» como citou Silvia Scott (1999:169).

Se para alguns era a união consentida e movida por interesses sentimentais, para outros era antes uma união conveniente. Em alguns grupos sociais procurava-se a conveniência económica e social de duas famílias e não a realização de duas pessoas. O casamento está sempre ligado à formação de novos núcleos económicos que surgem e desempenham um papel mais ou menos importante ao nível social e demográfico.

O reconhecimento da importância da nupcialidade surgiu quando os historiadores se preocuparam em conhecer os motivos das alterações demográficas de alguns períodos. Foram surgindo algumas hipóteses que pretendiam explicar a forma pela qual a sociedade se ia regulando, procurando alguns dar mais ênfase a determinados movimentos em

detrimento de outros. O casamento não suscitou o interesse desses estudiosos, que procuraram antes na mortalidade e na fecundidade as explicações para essas alterações populacionais.

Coube ao demógrafo John Hajnal através do *European Marriage Patterns in Perspective* (1965), reconhecer a importância da nupcialidade e alertar para a existência de um sistema matrimonial específico da Europa ocidental. Este caracterizava-se por um celibato definitivo frequente e os que casavam faziam-no numa idade tardia, diminuindo naturalmente o período fértil e o número de filhos.

O modelo proposto por Hajnal, que pretendia descrever os comportamentos de vários países europeus e segundo o qual, as sociedades em momentos de crise económica, propositadamente, atrasavam a idade ao casamento para reduzirem a população e manterem os recursos necessários para evitar uma crise social mais grave, deve ter em consideração as diferenças nacionais/ regionais e temporais nos vários países da Europa ocidental. Porque nem todas as sociedades respondem da mesma forma, ou de forma tão clara, aos períodos de crise e as causas porque isso acontece devem ser analisados caso a caso, sem se poder generalizar.

Sem dúvida que o trabalho de Hajnal suscitou uma nova revalorização do casamento, que foi reconhecida e desenvolvida por outros autores, nomeadamente Robert Rowland em *Sistemas Matrimoniais na Península Ibérica: Uma Perspectiva Regional* (1989:502) onde este afirma:

*É em grande parte, no ensaio de Hajnal que se encontram as ideias que levaram à formulação do modelo homeostático de um “sistema demográfico do Antigo Regime”. Nos termos deste modelo, a nupcialidade desempenha o papel da variável reguladora da dinâmica da população (...).*

A nupcialidade interfere decisivamente em outros movimentos, como por exemplo, a fecundidade, de tal forma que a relação que existe entre ambos é inegável.

Jacques Dupâquier (1982) considera que durante o período do Antigo Regime, através do casamento tardio se fazia um controle natural da fecundidade, hábito amplamente praticado na Europa ocidental

O casamento implica a criação de uma nova família e a hipótese de serem gerados filhos dessa união. Por isso a **nupcialidade** e a **fecundidade** são dois movimentos que estão inter-ligados e mesmo inter-dependentes. Ainda que seja possível existir uma concepção ilegítima, a maior parte dos nascimentos ocorre dentro do casamento, determinando por isso o número de nascimentos. Certamente que há factores específicos que determinam a fecundidade, nomeadamente a utilização de métodos contraceptivos, o tipo de alimentação, as situações de crise económica, entre outras, mas a idade ao casamento é sem dúvida decisiva.

Robert Rowland (1977:91) apresentou no seu trabalho, um estudo desenvolvido por Kingsley Davis e Judith Blake, onde apresentam três tipos de factores que influenciam a fecundidade e que sucintamente reproduzimos: em primeiro lugar a idade ao casamento, a frequência do mesmo, o divórcio, a viuvez, os segundos casamentos e a frequência de

relações sexuais; de seguida a fertilidade do casal e o uso de métodos contraceptivos; finalmente a interrupção da gravidez, de forma voluntária ou não.

Demonstramos assim que há uma fecundidade fortemente dependente da nupcialidade e que foi já por diversas vezes reconhecida e assumida por vários investigadores. Pretendemos desta forma demonstrar, a importância que esta variável tem nos comportamentos demográficos, principalmente quando o casamento é utilizado como um **mecanismo auto-regulador da população**.

Considerar-se a nupcialidade como o fenómeno regulador da população, é da responsabilidade de Thomas Malthus, pois foi ele o pioneiro na defesa da importância da nupcialidade a este nível. As suas teorias, conhecidas como teorias malthusianas, enquadram-se numa altura de grande desenvolvimento demográfico ocorrido em Inglaterra em 1798 e teve como consequência o encarecimento dos gêneros alimentares. Assim Malthus defendeu teorias preventivas, que foram consideradas como radicais por alguns, tais como a redução do número de filhos por casal, o celibato e a castidade como forma de garantir o sustento e o bem estar a toda a gente (Pressat, 1977: 13).

Quando falamos de nupcialidade, referimo-nos também à constituição de **Famílias** e no papel que estas desempenharam ao longo dos tempos. Vários trabalhos foram realizados acerca da importância e das mutações ocorridas nos tipos de família, principalmente durante o Antigo Regime, dos quais destacamos os de Philippe Áries (1960), Jean-Louis Fandrin (1992); François Lebrun (1983) e Edward Shorter (1995).

Estudar o papel que as famílias assumiram no passado é importante para compreendermos como estas se reflectem nos próprios indivíduos e isso mesmo foi reconhecido por David Sven-Reher (s.d. :31):

*(...) o campo da história da família enfrenta hoje em dia, na minha opinião, dois grandes desafios: um deles é a exploração em profundidade do grau em que a família é capaz de criar estratégias viáveis de sobrevivência em circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas variadas e muitas vezes em mudança. Por extensão, outro grande desafio é voltar a abordar a questão da mudança a longo prazo nas pautas familiares e a sua relação com todo o processo de mudança histórica.*

A dúvida principal que David Reher coloca de forma geral, é a de não saber se é a família que muda em consequência das alterações ocorridas na sociedade, ou se é esta que se altera como resultado de mudanças ocorridas no sistema familiar. Esta é de facto uma problemática que vai sofrendo abordagens distintas.

Dos trabalhos elaborados sobre a Família, destacamos ainda o trabalho de Philippe Áries, que deu início a uma reflexão mais profunda acerca da família, procurando mostrar a diferença entre o tipo de família do passado e as do presente, servindo-se da análise da evolução do papel da criança e da mulher na família.

Peter Laslett (1972) alertou também para a existência de uma família conjugal, surgida ainda antes da revolução industrial em Inglaterra.

Todos estes contributos aqui referidos acerca do papel da Família, não podem deixar de ser referidos num trabalho que procura dar também um contributo acerca das alterações de comportamento que foram ocorrendo ao longo de um determinado período de tempo numa localidade e que tiveram consequências nas diversas variáveis, principalmente no casamento. Essas alterações tiveram consequências também ao nível da própria Família, daí que não pudéssemos deixar de fazer referência a estes trabalhos realizados.

A Demografia Histórica assume um papel fundamental, senão principal, no estudo das variações populacionais, pois através da reconstituição de paróquias torna-se mais fácil perceber quais foram os impulsionadores positivos ou negativos dessas alterações. No entanto, não podemos afirmar que a reconstituição de paróquias nos dá as respostas todas, ou permite demonstrar a relação existente entre causas e consequências de forma inequívoca. Esta advertência foi também feita por Robert Rowland (1989: 511):

*Em muitos casos não sabemos o suficiente sobre as estruturas económicas e sociais que constituem os quadros que definem os comportamentos em taxas e outros indicadores de carácter puramente demográfico (...).*

A população mundial tem aumentado, fruto do desenvolvimento económico, da Ciência, da melhoria geral das condições de vida, entre outras. Mas em cada parte deste mundo, há uma realidade distinta e cada país possui diferenças próprias. Não temos neste trabalho, a pretensão de demonstrar que a nupcialidade é a variável mais importante para justificar as alterações populacionais. Contudo, pretendemos demonstrar como esta, quando estudada associada a outras variáveis, demonstra ser de vital importância em

período de Antigo Regime. É particularmente sensível às influências de outras variáveis e a outros fenómenos como as alterações económicas e permeável às mudanças de mentalidade e de comportamentos.

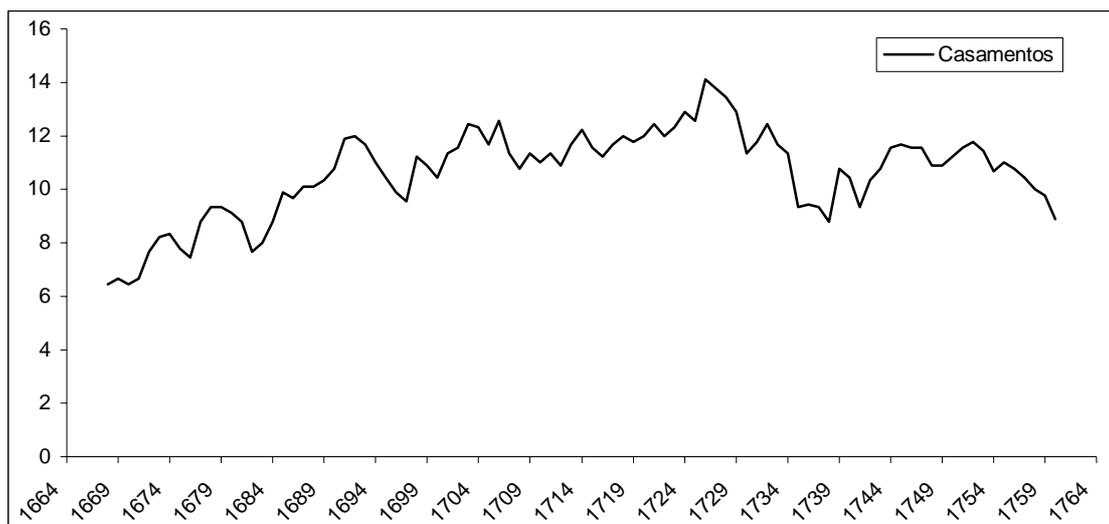
Neste capítulo pretendemos observar alguns dos comportamentos mais significativos da vida de uma comunidade, principalmente nos comportamentos ligados ao casamento. Perceber quais os meses eleitos para a união matrimonial, influenciados ou não pelas exigências agrícolas e religiosas, os momentos de crise do mercado matrimonial e as atitudes dos viúvos perante um novo casamento, são alguns dos comportamentos que nos propomos analisar no decorrer deste capítulo. Para isso servimo-nos do método de Reconstituição de Paróquias de Norberta Amorim, já referido.

Nesta análise recorreremos á comparação com outras paróquias, nomeadamente S. Mateus, S. Caetano e S. João estudadas por Norberta Amorim e que passarão aqui a ser definidas como três paróquias do Sul do Pico, e a Criação Velha, estudada por Hermínia Mesquita, todas situadas na ilha do Pico, o que nos permitirá enquadrar as alterações de comportamentos ocorridos na paróquia e comparar os efeitos dos acontecimentos ocorridos. Para além destas utilizaremos ainda, outras paróquias do continente a partir das quais estabeleceremos estudos diferenciados.

## 2- A EVOLUÇÃO DOS CASAMENTOS

Para iniciar a abordagem desta variável demográfica, estabelecemos os ritmos de mudança nos comportamentos nupciais ocorridos na freguesia, nos períodos de 1664 a 1764. Esta análise permitir-nos-á detectar as mudanças que ocorreram para posteriormente e recorrendo à análise de outros comportamentos, encontrar explicações sempre que possível, para as mudanças que vão sendo encontradas ao longo do período estudado.

**Gráfico 3**  
**Evolução dos casamentos**



Ao longo destes cem anos de observação ocorreram um total de 1043 casamentos na Prainha, com oscilações no acesso ao casamento por vezes significativas, tal como uma análise mais aprofundada nos permite observar.

A curva respeitante aos casamentos reflecte as oscilações que ao longo deste período estiveram relacionadas com as variações no acesso ao casamento, com o número de habitantes, com a idade média ao primeiro casamento, entre outras.

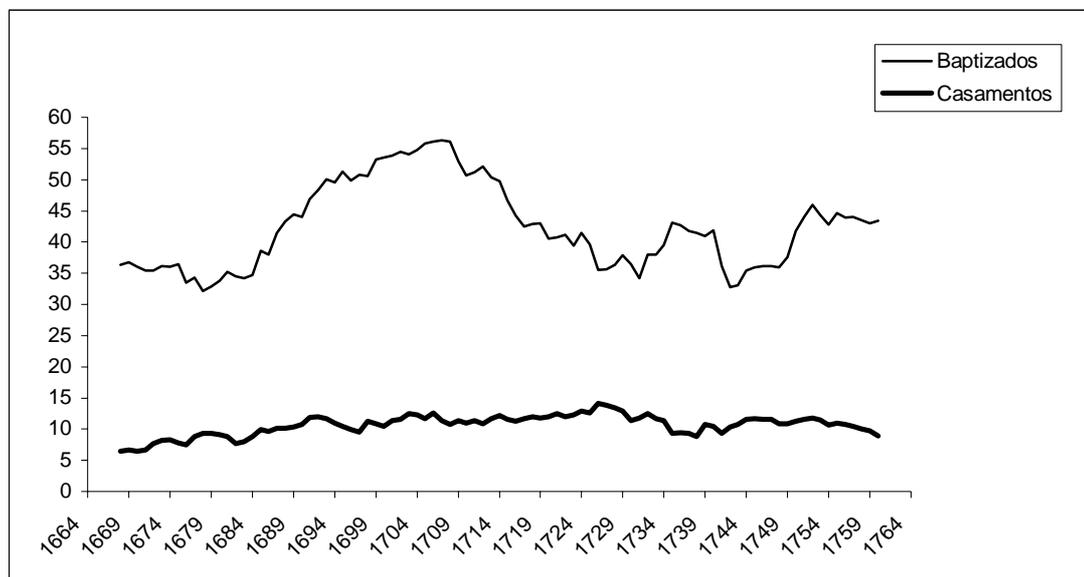
Observando a curva de evolução dos casamentos, notamos um aumento gradual do volume de casamentos celebrados, mais visível a partir de 1686/87. Depois desta altura, o número de casamentos realizados ao longo do ano estabiliza numa média aproximada de doze casamentos anuais.

A década de 1720-30 trouxe um novo ritmo ao volume de casamentos atingindo-se o pico do número de casamentos em 1726 com catorze casamentos celebrados na paróquia da Prainha. A partir daí a tendência foi de descida, com destaque para a queda de 1738 e que posteriormente estabilizará já na década de 40 e que se prolonga até ao final da observação.

## **2.1-Estudo comparado**

Como a variável nupcialidade está fortemente ligada, tal como vimos anteriormente, ao volume de nascimentos ocorridos, elaboramos um gráfico onde estes também estão registados, o que nos permite observar o paralelismo ocorrido entre ambos os movimentos. Esta análise demonstra também a importância do estudo destas duas variáveis interligadas.

**Gráfico 4**  
**Comparação da evolução de casamentos e baptizados**  
**Médias móveis de 9 anos**



Observando as curvas de evolução dos casamentos e baptizados normalizadas, pelo método de médias móveis de nove anos, podemos visualizar com maior facilidade os movimentos de tendência da população entre 1664 e 1764.

Esta análise permite-nos estabelecer uma correspondência, ainda que grosseira, das duas curvas.

O volume de casamentos acentuou-se a partir da década de 80 do século XVII. Como reflexo desse acréscimo, o volume de baptizados registou também, uma tendência de aumento constante que se manteve ao longo da primeira década do século XVIII. Só a partir de 1715 é que se regista uma tendência de decréscimo do numero de baptizados que se acentua já na década de 20.

O acréscimo do volume de casamentos dos finais da década de 20, não foi acompanhado pelo aumento dos nascimentos, o que sugere que os casais recém formados saíram, entretanto da paróquia.

Entre as décadas de 30 e até meados da década de 40, há um desfasamento entre a evolução dos casamentos e dos batizados. Depois de meados da década de 40, ambas as curvas de evolução seguem um movimento gradual de aumento.

A partir da década de 50 estabiliza o número de casamentos celebrados e há um novo aumento dos batizados, indicando a estabilização populacional da paróquia.

### **3- SAZONALIDADE DOS CASAMENTOS**

Tal como Norberta Amorim refere muito claramente na sua obra *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico* (1992:81), a distribuição dos casamentos em zonas rurais é determinada não apenas pelas prescrições religiosas, mas também pelos trabalhos agrícolas.

Se para a concretização de um casamento é o Homem quem decide, a escolha do tempo adequado para que a união aconteça, foi variando ao longo dos tempos. Se em alguns períodos dependeu apenas da vontade humana, em outros, os condicionalismos económicos/sociais impuseram-se e conduziram à alteração de planos.

Porque o casamento significa, na maior parte dos casos, a criação de uma nova unidade familiar, implica conseqüentemente a existência de meios de subsistência. Para a escolha do momento adequado, podem ser exercidas diversos tipos de influência como por exemplo: em períodos de elevada mortalidade ou de aumento da emigração, a redução do mercado matrimonial, conduz naturalmente os jovens, a uma idade mais tardia ao casamento. Em períodos de crise agrícola, principal base da economia do Antigo Regime e

ainda mais significativas nas populações rurais, essa crise terá também repercussões na decisão de casar.

A distribuição dos casamentos pelos meses do ano, é também reflexo das diferentes pressões exercidas pela comunidade, na medida em que esta também é influenciada pelos usos e costumes das paróquias. Nas comunidades rurais eram frequentemente mais visíveis as pressões exercidas, quer pela igreja católica, quer pelo calendário agrícola.

Neste trabalho pretendemos analisar, durante o nosso período em estudo, a evolução dos comportamentos relacionados com o casamento e a partir daí observar os períodos em que as condicionantes religiosas, sociais e económicas, foram mais determinantes na vida desta comunidade. Para esta análise, fizemos o levantamento da sazonalidade dos casamentos que foram aqui celebrados para dessa forma perceber as diversas influências que aqui se foram fazendo sentir ao longo do tempo.

Estabelecemos por isso dois períodos de análise de 1664 a 1713 e 1714 a 1764, que nos permitem observar melhor as alterações ocorridas na Prainha e que são apresentados nos Quadros e Gráfico seguintes.

**Quadro 9**  
**Sazonalidade dos casamentos**  
**1664-1713**

	<b>Jan.</b>	<b>Fev.</b>	<b>Mar.</b>	<b>Abr.</b>	<b>Mai.</b>	<b>Jun.</b>	<b>Jul.</b>	<b>Ago.</b>	<b>Set.</b>	<b>Out.</b>	<b>Nov.</b>	<b>Dez.</b>	<b>Total</b>
<b>Nº ABS</b>	59	43	4	17	58	70	21	25	34	52	82	3	468
<b>Nº DIA</b>	1,9	1,5	0,1	0,6	1,9	2,3	0,7	0,8	1,1	1,7	2,7	0,1	15,5
<b>Nº IND</b>	147,8	118,2	10,0	44,0	145,3	181,2	52,6	62,6	88,0	130,3	212,3	7,5	1199

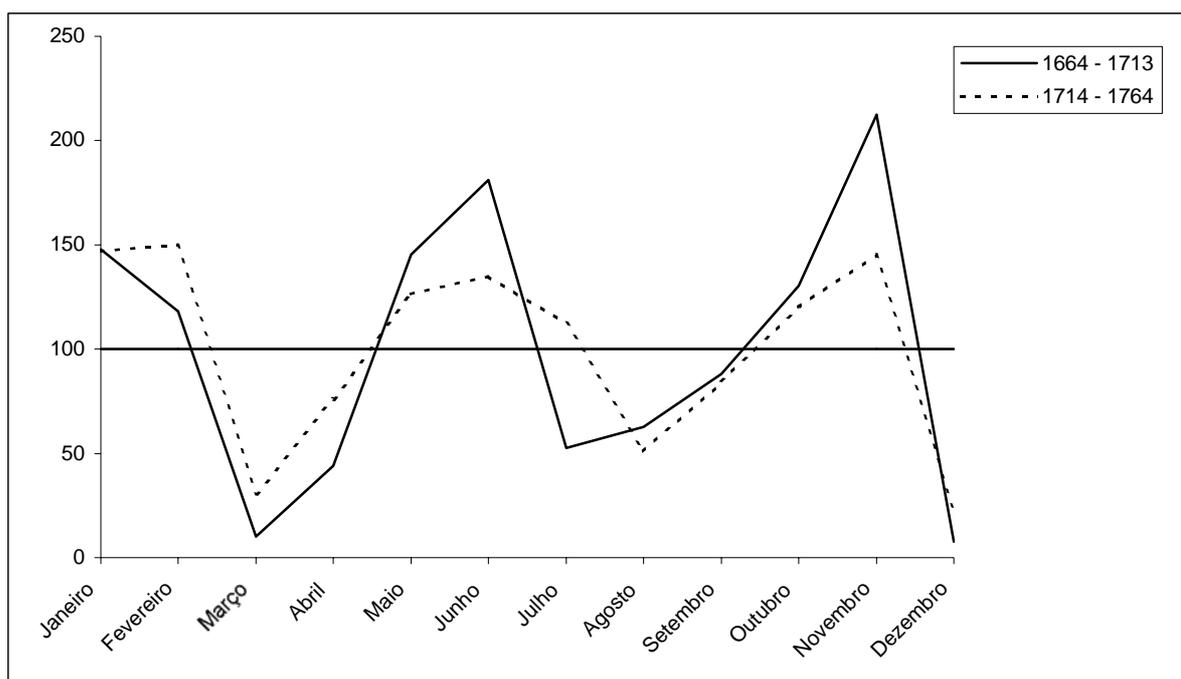
### 1717-1764

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
<b>Nº ABS</b>	72	67	15	36	62	64	55	25	40	59	69	11	575
<b>Nº DIA</b>	2,3	2,4	0,5	1,2	2,0	2,1	1,8	0,8	1,3	1,9	2,3	0,4	19,0
<b>Nº IND</b>	146,8	149,9	30,6	75,9	126,4	134,9	112,2	51,0	84,3	120,3	145,4	22,4	1200

Para calcular os números índices (NºIND) apresentados, considerou-se o número de dias de cada mês à exceção do mês de Fevereiro onde se usou a média de 28,25.

### Gráfico 5

#### Sazonalidade dos casamentos



Podemos verificar após a análise do quadro e gráfico, que entre estes dois períodos houve uma alteração, ainda que pouco significativa dos comportamentos.

Assim no período de 1664-1713 há uma maior incidência de casamentos nos meses de Novembro, Junho e Janeiro respectivamente. Na estação do Outono, após o período de

trabalho das vindimas, aproveitariam os habitantes da Prainha para realizar as uniões matrimoniais. Posteriormente, e já na Primavera, eram os meses de Junho e Maio os mais apetecidos, meses anteriores aos de maiores trabalhos agrícolas do Verão e posteriores às imposições religiosas de abstinência da Quaresma.

Observe-se ainda a queda brusca dos casamentos celebrados entre os meses de Novembro e Dezembro. Devido às imposições religiosas, optavam por casar antes do período do Advento e assim no mês de Dezembro há um cumprimento das imposições religiosas com um reduzido número de casamentos, para logo no mês de Janeiro se observar uma recuperação de incidência de casamentos.

No segundo período de 1714-1764 observam-se alterações no comportamento, aumentando a preferência pelo mês de Janeiro, passando para segundo lugar o mês de Novembro. A queda que ocorre entre Fevereiro e Março é significativa, evidenciando o respeito pelo período de abstinência da Quaresma, cumprindo-se as advertências religiosas.

No mês de Maio, Junho e Julho há um novo aumento dos casamentos que decai rapidamente no mês de Agosto. Repare-se que no período anterior, já no mês de Julho diminuíram os casamentos, mas isso já não aconteceu neste segundo período, mantendo-se elevado o volume de casamentos celebrados.

A leitura do total de casamentos celebrados em todo o período mostra-nos a preferência pelos meses de Novembro, Junho e Janeiro respectivamente. O mês de Dezembro regista uma queda abrupta dos casamentos celebrados demonstrando, uma vez mais, um grande respeito pelo período do Advento.

Podemos considerar que os habitantes da paróquia da Prainha cumpriam as imposições religiosas, mais do que as exigências dos trabalhos agrícolas, uma vez que a redução do número de casamentos é mais significativa nos meses considerados interditos pela igreja, do que nos meses em que há mais trabalho agrícola a levar a cabo e a igreja não coloca interdições.

Partindo do conhecimento de que nas zonas rurais e insulares a distribuição sazonal dos casamentos não obedeceu sempre tanto às prescrições religiosas, como aos trabalhos agrícolas, na medida em que nos meses de mais trabalho há uma menor densidade de casamentos. A Prainha, pelo contrário, respeitou mais as imposições religiosas, mas simultaneamente tentou aproveitar os meses de menor trabalho agrícola para celebrar os seus casamentos. Esta conclusão suscitou-nos a curiosidade de saber, se este tipo de comportamento era generalizado a outras paróquias da ilha.

### **3.1- Estudo comparado**

No seu trabalho, “*Evolução Demográfica de Três paróquias do Sul do Pico*”, Norberta Amorim (1992:87) faz uma comparação entre a sazonalidade dos casamentos em três paróquias do sul da ilha do Pico (S. Mateus, S. Caetano e S. João), uma paróquia transmontana (Rebordãos) e outra minhota (Guimarães).

Nesta observou que enquanto os habitantes das três paróquias da ilha do Pico, optavam por casar preferentemente nos meses de Fevereiro, Novembro e Outubro, os da paróquia transmontana elegiam em primeiro lugar Fevereiro, Maio e Abril e os habitantes

da zona rural de Guimarães também elegiam Fevereiro, Maio e Abril, à semelhança da paróquia transmontana.

De facto percebemos que as paróquias do continente têm uma sazonalidade de casamentos semelhante, até no mês menos preferido para casar: o de Julho.

A sazonalidade dos casamentos na Prainha e das três paróquias do sul do Pico é muito semelhante. Mas a análise das actividades económicas mais importantes que se levavam a cabo em cada uma destas paróquias, deixa-nos entender que esta sazonalidade não estaria muito dependente dos trabalhos agrícolas: em S. João a economia assenta essencialmente na criação de gado; S. Mateus é a freguesia que tem maior extensão de vinhas, produz cereais, lenha e gado (à semelhança da Prainha); S. Caetano está mais ligada às actividades marítimas (Amorim: 87).

As advertências religiosas, ou outras influencias aleatórias, exerciam maior influencia do que os trabalhos agrícolas pois, embora, cada uma destas três paróquias seja marcada por um tipo de economia diferente, o comportamento relativo à sazonalidade dos casamentos é muito parecido.

Hermínia Mesquita (1998:31) detectou que na Criação Velha, até meados do século XIX, houve uma preferência pelo mês de Fevereiro para casar. Os meses de Março e Dezembro eram os menos escolhidos. Estas opções demonstram, na opinião da autora, um respeito pelo período da Quaresma e do Advento.

Podemos afirmar, à guisa de pequena conclusão, que nas paróquias açorianas do Sul do Pico e na Criação Velha havia uma preferência clara pelo mês de Fevereiro e um respeito muito claro pelos interditos religiosos, enquanto que a Prainha, embora também

respeite, demonstra uma preferência pelo mês de Novembro (período anterior ao Advento) enquanto que as outras o fazem posteriormente.

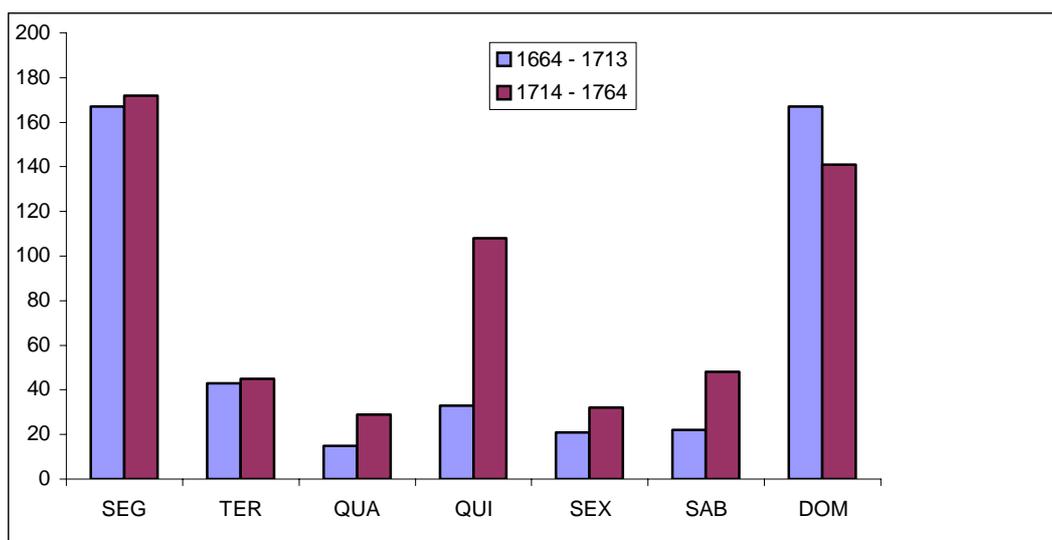
#### 4- DISTRIBUIÇÃO SEMANAL DOS CASAMENTOS

Se observarmos a distribuição semanal dos casamentos, não podemos deixar de nos surpreender com a alteração dos dias sobre os quais recaiam as preferências dos nubentes.

**Quadro 10**  
**Distribuição semanal dos casamentos**

PERIODO	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	CASTOT
1664 - 1713	167	43	15	33	21	22	167	468
1714 - 1764	172	45	29	108	32	48	141	575

**Gráfico 6**  
**Distribuição semanal dos casamentos**



A alteração dos comportamentos pode também ser visível no dia da semana eleito para as uniões matrimoniais ao longo dos tempos. Na Prainha observamos uma ligeira mudança dos hábitos.

No primeiro período nota-se a clara preferência pelo Domingo, seguido da Segunda-feira e evitando-se principalmente a Quarta-feira.

Já no século XVIII há uma ligeira mudança: as Segundas-feiras tornaram-se preferidas aos Domingos, e principalmente o aumento da tendência de casamentos à Quinta-feira. Os restantes dias da semana continuaram a ser evitados pelos habitantes da Prainha.

Hermínia Mesquita na paróquia da Criação Velha, também da ilha do Pico registou preferências distintas às da Prainha ainda que num período diferente. Entre 1801-99 as preferências recaiam sobre a Segunda-feira e Quarta-feira (1998:32). Os nubentes evitavam o Domingo, ao contrário da Prainha.

## **5- IDADE MÉDIA AO PRIMEIRO CASAMENTO**

A idade média ao primeiro casamento é um dos indicadores demográficos mais significativos da vida de uma comunidade. Apesar de ser um acto voluntário, regeu-se durante muito tempo por interesses/influências económicas, sociais e culturais entre outras.

Para o estudo da variável nupcialidade torna-se fundamental, não só conhecer os meses eleitos para a união matrimonial, mas principalmente conhecer a idade média de acesso ao casamento. Para além de nos ser possível perceber as alterações, é também um indicador dos momentos de crise que a paróquia atravessou e que influenciaram

determinantemente o momento de casar. Em momentos de crise há uma retracção dos casamentos e o oposto acontece nos períodos de prosperidade. Daí que a análise da idade média ao primeiro casamento, reflecta com clareza e confiança os diversos períodos que a paróquia atravessou.

Assim procedemos á análise da idade média ao casamento utilizando como balizas temporais o período de 1664 a 1713 e 1714 a 1764, e fazendo posteriormente uma análise transversal para melhor conhecermos a influência desta variável no estudo das variações demográficas. Distinguimos também o comportamentos de ambos os sexos, uma vez que há diferenças de atitudes e de comportamentos entre eles.

#### **Quadro 11**

##### **Idade Média ao Primeiro Casamento- Homens**

##### **Período de 1664 a 1764**

<b>Período</b>	<b>Obs.</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Máximo</b>	<b>Mínimo</b>
1664-1713	337	28.8	27	49	17
1714-1764	124	30.6	29	45	14

#### **Quadro 12**

##### **Idade Média ao Primeiro Casamento- Mulheres**

##### **Período de 1664 a 1764**

<b>Período</b>	<b>Obs.</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Máximo</b>	<b>Mínimo</b>
1664-1713	405	25.8	24	49	12
1714-1764	120	27.1	25	45	16

Como nos mostra a análise de ambos os Quadros, a idade média ao primeiro casamento aumentou para ambos os sexos, na passagem de um período para o outro.

O sexo masculino viu a sua idade média de acesso ao primeiro casamento aumentar cerca de dois anos na passagem do primeiro para o segundo período, altura em que atingiram a faixa dos trinta anos. O sexo feminino naturalmente viu também mais dificultado o acesso ao casamento adiado por cerca de dois anos também.

O adiamento do casamento em cerca de dois anos pode ter como principal consequência a redução de um filho por cada casal.

Para compreendermos se os comportamentos evidenciados pelos habitantes da Prainha se inscreviam dentro dos parâmetros normais da altura, estabelecemos uma comparação com as três paróquias do Sul do Pico (Amorim, 1992:90).

**Quadro 13**  
**Idade Média ao primeiro casamento**  
**Comparação entre paróquias rurais do Pico**

<b>PARÓQUIA</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>
<b>Prainha</b> (1714-1764)	30,6	27,1
<b>Três paróquias Sul do Pico</b> (1700-1750)	28	25

A partir do quadro verificamos que a idade ao primeiro casamento na paróquia da Prainha, apresenta valores ligeiramente superiores aos das três paróquias do Sul do Pico. A diferença de aproximadamente dois anos pode estar relacionado com a propriedade das terras na Prainha, o que não acontecia nas três paróquias do sul do Pico.

A análise transversal da idade média ao primeiro casamento na paróquia da Prainha do norte permitirão uma melhor compreensão dos dados obtidos e da sua evolução.

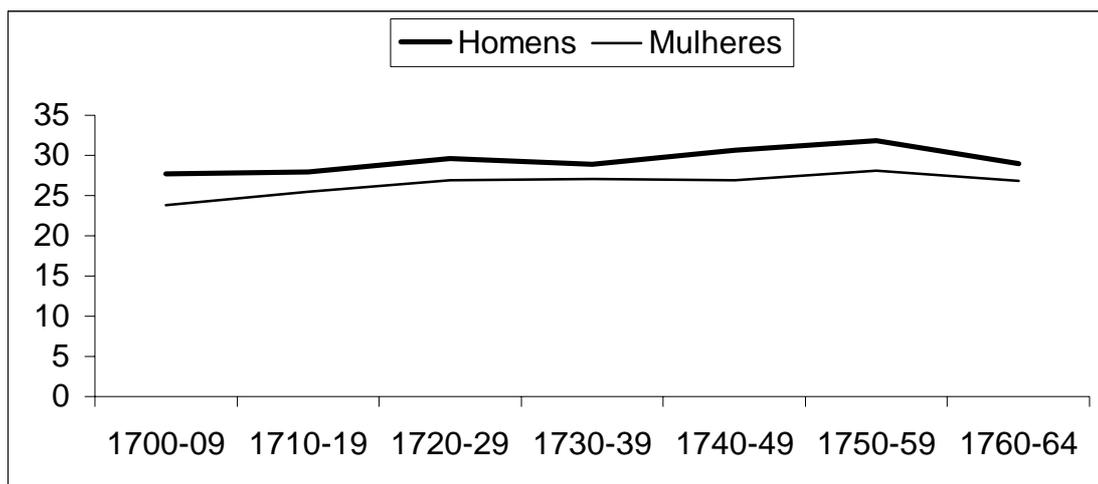
## 5.1- Análise transversal- períodos

De seguida fizemos uma divisão por períodos, não tendo sido considerados os primeiros quarenta e seis anos e fazendo-se uma divisão por decénios. Este trabalho permite-nos uma compreensão mais clara deste comportamento, tal como se pode observar no Quadro e Gráfico seguinte.

**Quadro 14**  
**Idade média ao primeiro casamento por períodos**  
**1700-1764**

Período	HOMENS					MULHERES				
	Obs.	Méd.	Méd.	Máx.	Min.	Obs.	Méd.	Méd.	Máx.	Min.
1700-64	418	29,4	28	49	14	470	26,3	25	49	12

**Gráfico 7**  
**Idade média ao primeiro casamento por períodos**



A leitura do Quadro 14 e Gráfico 7 permite-nos retirar daqui algumas conclusões, tais como:

a)- A progressão da linha da idade média ao primeiro casamento do sexo masculino foi sempre superior à do sexo feminino;

b)- A idade média ao casamento do sexo masculino aumentou gradualmente entre 1740 a 1759, para a partir daqui descer ligeiramente;

c)- A idade média ao casamento do sexo feminino aumentou gradualmente até 1759, para a partir desta data descer, ainda que sem recuperar aos valores do início do século;

d)- Ambos os sexos demonstram uma tendência de aumento da idade média ao primeiro casamento ao longo do século XVIII.

A análise das diferenças da idade média ao primeiro casamento em várias regiões do país, tráz vantagens reconhecidas para a compreensão dos comportamentos. Cada região é determinada pelas suas características próprias, o que explica as diferenças que podem ser observadas nos comportamentos que estas têm.

Escolhemos a título de exemplo paróquias pertencentes à região norte do continente: Chaves e Bragança que pertencem ao nordeste transmontano, Guimarães, e Viana situadas no Minho e as paróquias de S. Mateus, S. Caetano, S. João e as Ribeiras da ilha do Pico nos Açores.

A escolha destas paróquias teve como critérios a semelhança e/ou proximidade do período em que foram estudadas e eram aquelas sobre as quais possuíamos dados.

## 5.2- Estudo comparado

**Quadro 15**  
**Idades médias ao primeiro casamento**  
**Estudo comparado**

<b>REGIÃO</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Paróquias/Anos		
a) GUIMARÃES		
Ronfe (1700-1779)	27,9	27,6
b) VIANA		
Romarigães (1690-1749)	23,0	27,9
c) BRAGANÇA		
S. Pedro de Poiares (1701-1740)	28,9	26,0
Rebordãos (1610-1700)	24,3	22,4
Cardanha (1701-1800)	28,9	28,3
Poiares (1650-1823)	27,2	25,3
d) CHAVES		
Calvão (1730-70)	29,0	32,0
e) AÇORES		
ILHA DO PICO		
S. Mateus/S. Caetano (1770-1889)	29,4	26,4
S. João (1770-1889)	30,6	27,6
f) Ribeiras (1770-90)	28,7	26,1

Fontes: a) Amorim 1987; b) Santos 1990; c) Amorim 1973; d) Faustino 1998; e) Amorim 1992; f) 2001

A análise do quadro por regiões torna certamente mais fácil, a leitura de diferenças de comportamentos entre as mesmas. Se considerarmos em primeiro lugar, a região

transmontana onde se incluem as regiões de Bragança e Chaves e considerando os dois sexos, destaca-se a paróquia de Rebordãos onde se regista uma idade média ao primeiro casamento baixa: 24,3 para os homens e 22,4 para as mulheres. No entanto Calvão distingue-se pelas idades elevadas ao casamento principalmente entre as mulheres que ultrapassa os 30 anos. È de todas as paróquias aqui referidas, a que apresenta a idade média de acesso ao primeiro casamento mais elevada.

Se considerarmos de seguida as regiões minhotas de Viana e Guimarães, percebemos uma diferença significativa entre as mesmas. Na região de Viana as mulheres eram mais velhas quando acediam pela primeira vez ao casamento, tendência contrária á das restantes paróquias.

As paróquias da ilha do Pico apresentam idades médias de acesso ao primeiro casamento, para o sexo masculino, mais elevadas do que nas paróquias estudadas do continente, As idades médias do sexo feminino são próximas do continente.

## **6-REPARTIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE AO PRIMEIRO CASAMENTO**

A repartição por grupos de idades ao primeiro casamento, é também um importante indicador das mudanças de comportamento, particularmente permeáveis para o sexo feminino. Esta repartição permite conhecer os grupos de idades em que os casamentos eram mais frequentes, num estudo diferenciado entre homens e mulheres.

Continuamos a análise dividindo o período em dois que permitem visualizar melhor as alterações ocorridas, agora no que diz respeito ao sexo masculino.

**Quadro 16**  
**Repartição por sexo e grupos de idade ao 1º casamento- Homens**  
**1694-1764**

<b>Grupo Idade</b>	<b>1694-1713</b>	<b>1714-1764</b>	<b>Total Geral</b>
12-14		1	1
15 - 19	3	4	7
20 - 24	38	62	100
25 - 29	41	120	161
30 - 34	18	83	101
35 - 39	5	53	58
40 - 44	1	7	8
45 - 49	1	6	7
50 +	0	5	5
<b>TOTAL</b>	<b>107</b>	<b>341</b>	<b>448</b>

No primeiro período foram registados 107 casos, enquanto que no segundo, os valores triplicaram para os 341 casos observados, permitindo-nos retirar conclusões mais sólidas e credíveis.

A leitura do quadro permite-nos observar uma mudança significativa no sexo masculino. Ainda que o grupo de idades em que se registam mais casamentos, seja entre os 25 e 29 anos, há uma mudança se considerarmos as idades imediatamente antes e depois, em cada um dos períodos. Se no primeiro período, era a idade dos 20 aos 24, a segunda em que se registavam mais casamentos, no segundo período passa já a ser a idade dos 30-34 a segunda mais frequente para a celebração dos casamentos.

Assim, ainda que o média de idades não se tenha alterado, percebe-se já uma mudança nos comportamentos, com um conseqüente aumento da idade ao casamento.

Do total de 341 casamentos celebrados no segundo período, 35,2% dos homens casaram na faixa etária dos 25-29 anos, constituindo assim a maior parte. A faixa etária seguinte representou 24,3 % do total de casamentos no mesmo período. As duas juntas representam mais de metade dos casamentos aqui celebrados nesta altura.

Interessa de seguida conhecer o comportamento das mulheres da Prainha, o que fizemos no quadro seguinte.

**Quadro 17**  
**Repartição por sexo e grupos de idade ao 1º casamento- Mulheres**  
**1694-1764**

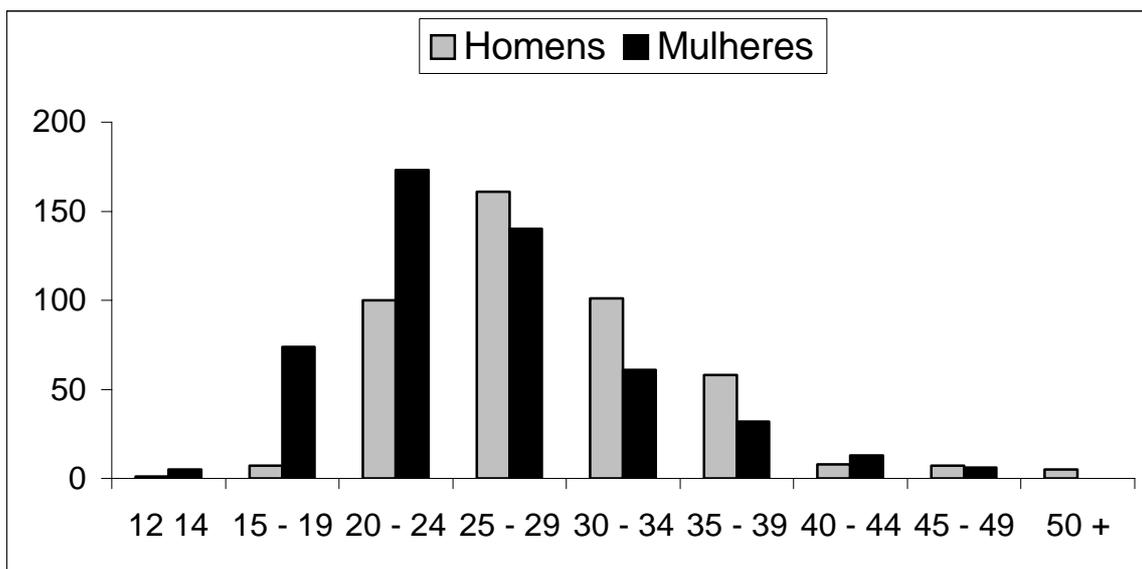
<b>Grupo Idade</b>	<b>1694-1713</b>	<b>1714-1764</b>	<b>Total Geral</b>
12-14	3	2	5
15 - 19	36	38	74
20 - 24	50	123	173
25 - 29	31	109	140
30 - 34	15	46	61
35 - 39	1	31	32
40 - 44	3	10	13
45 - 49	0	6	6
<b>TOTAL</b>	<b>139</b>	<b>365</b>	<b>504</b>

O sexo feminino seguiu de forma geral, a mesma tendência do masculino, ainda que seguindo uma idade média ao primeiro casamento mais jovem.

Em ambos os períodos, a média de idade situa-se entre os 20 e 24 anos, mas se no período de 1694 a 1713 muitas mulheres casavam entre os 15 e os 19 anos, no período seguinte de 1714-1764, tornam-se mais frequentes os casamentos contraídos entre os 25 a 29 anos. No período de 1664-1713, 36,0% das mulheres que casaram na Prainha, tinham entre 20 e 24 anos. No período de 1714-1764, os casamentos celebrados nesta faixa etária passam a representar cerca de 33,7% do total de casamentos.

A leitura de ambos os comportamentos no gráfico seguinte permite-nos compreender melhor os ritmos de semelhança ou não, que foram ocorrendo em todo o período, em ambos os sexos.

**Gráfico 8**  
**Repartição por sexo e idades ao primeiro casamento**  
**1694-1764**



A observação do gráfico permite visualizar melhor, a evolução dos comportamentos ao longo de todo o período em observação, manifestado por ambos os sexos. Se o sexo masculino optou durante todo o período por uma idade média ao primeiro casamento entre os 25 e os 29 anos, seguido de imediato da idade dos 30-34 anos, as mulheres casavam

maioritariamente entre os 20-24 anos, seguida da idade compreendida entre os 25 e 29 anos. Saliente-se ainda que muito poucos casamentos se celebraram após os 39 anos, para ambos os sexos.

## 7- IDADE COMBINADA DOS NUBENTES CELIBATÁRIOS

As alterações de comportamento ocorridos na paróquia são também visíveis através da análise da idade combinada dos nubentes celibatários. Perceber de que forma os nubentes procuravam pessoas mais velhas, ou dentro da sua faixa etária para casar, são indicadores importantes quando estudamos os comportamentos de uma paróquia. Por norma os noivos são mais velhos que as noivas, mas interessa-nos conhecer as diferenças de idade entre os nubentes e se estas se alteraram com o decorrer dos tempos.

Uma vez mais a análise desta variável foi feita em dois períodos distintos, de acordo com a metodologia anteriormente aplicada, pretendendo-se assim distinguir melhor as alterações de comportamento ocorridas.

**Quadro 18**  
**Idade combinada dos nubentes celibatários**  
**Grupos de idades**  
**1664-1713**

<b>Idades</b>	<b>Mulheres</b>							<b>Total</b>
	<b>12-14</b>	<b>15-19</b>	<b>20-24</b>	<b>25-29</b>	<b>30-34</b>	<b>35-39</b>	<b>40-44</b>	
<b>Homens</b>								
<b>15-19</b>				1				1
<b>20-24</b>	1	7	12	8	2		1	31
<b>25-29</b>	1	9	14	7	3			34
<b>30-34</b>		2	8	1	2	1		14
<b>35-39</b>			3					3
<b>40-44</b>			1					1
<b>Total</b>	2	18	38	17	7	1	1	84

1714-1764

Idades	Mulheres								
	12-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Total
Homens									
12-14		1							1
15-19		1		1					2
20-24		4	12	10	3		1		30
25-29		7	33	25	10	5	4	2	86
30-34		6	15	23	11	3		2	60
35-39	1	4	14	11	6	6	3		45
40-44		1	1	3	1	1			7
45-49			1	1	1			1	4
50 +						1	1	1	3
Total	1	24	76	74	32	16	9	6	238

Conforme se observa no quadro, no período de 1664-1713 foram frequentes as combinações entre homens com idades compreendidas entre os 25-29 anos com mulheres entre os 20-24 anos, representando 16,7 % do total de casamentos. Seguiram-se aqueles que com idades entre os 20 e 24 anos casaram com mulheres da mesma faixa etária-14,3 % de todos os casamentos.

No segundo período de 1714-64 continua a manter-se a mesma preferência por uniões de homens entre os 25 e 29 anos, com jovens entre os 20 e 24 (13,9%). Aumentou, no entanto significativamente, o número de nubentes que casavam dentro da mesma faixa etária dos 25-29 anos (10,5%).

Percebe-se assim uma maior proximidade da idade dos nubentes ao casamento, com os homens a escolherem mais mulheres dentro da sua faixa etária, uma vez que estas se casam mais tarde.

## 8- POSIÇÃO RELATIVA DOS NUBENTES CELIBATÁRIOS POR GRUPOS DE IDADES

Se agruparmos os nubentes do mesmo grupo de idades, os homens que casam com mulheres da mesma faixa etária, e homens que casam com mulheres mais novas e mais velhas, continuamos a poder verificar as mudanças de comportamento ocorridas na passagem de um período para o outro.

### Quadro 19

#### Posição relativa dos nubentes celibatários por grupos de idades

%

	1664-1713		1714-1764	
Homem e mulher do mesmo grupo de idade	21	25,0%	56	23,5%
Homem mais velho	47	56,0%	137	57,6%
Homem mais novo	16	19,0%	45	18,9%
<b>TOTAIS</b>	<b>84</b>	<b>100%</b>	<b>238</b>	<b>100%</b>

Durante o primeiro período, do total de 84 casamentos celebrados, mais de 50% das uniões entre celibatários, verificam-se em casos que o homem é mais velho. Posteriormente manteve-se a mesma tendência, com valores praticamente iguais aos anteriores.

A possibilidade de uma mulher casar com um homem mais novo reduziu, indo cada vez mais no sentido de se procurar um homem mais velho para casar.

Estes valores são semelhantes aos registados por Norberta Amorim no Sul do Pico, uma vez que entre 1720-1809, 27,1% dos nubentes eram do mesmo grupo de idades; 54,8

% dos homens eram mais velhos do que as mulheres; apenas 18,1% das mulheres eram mais velhas do que os homens (Amorim, 1992: 98). Mais uma vez se percebe uma semelhança de comportamentos na Ilha do Pico, ainda que em localidades ainda distantes uma da outra.

## 9- ESTADO CIVIL ANTERIOR DOS CONTRAENTES

Sendo que para a maioria das pessoas do nosso estudo, quando se casaram eram na sua maioria solteiras, havia, no entanto, alguns contraentes do sexo masculino e feminino que casaram pela segunda ou terceira vez.

O pároco ao registar o segundo ou terceiro casamento dos contraentes, permitiu-nos obter um quadro representativo do mercado matrimonial da Prainha. Assim dispendo de dados como a filiação, a origem e estado civil anterior dos nubentes, pudemos fazer um estudo da sua distribuição, de acordo com o estado civil dos contraentes na Prainha.

**Quadro 20**  
**Estado civil anterior dos contraentes**

	1664-1713		1714-1764		Total Geral
	Obs.	%	Obs.	%	
<b>Homens</b>					
Solteiros	389	83,1	489	85,0	878
Viúvos	79	16,9	86	15,0	165
Total	468	100	575	100	1043
<b>Mulheres</b>					
Solteiras	418	89,3	520	90,4	938
Viúvas	50	10,7	55	9,6	105
Total	468	100	575	100	1043

A análise dos dados dividido em dois períodos permite-nos um estudo mais facilitado. É evidente pela leitura rápida do quadro que a maior parte dos nubentes quando casavam, faziam-no pela primeira vez. Daqueles que casaram em segundas núpcias, eram com certeza os homens os que o faziam com maior frequência, superando claramente as mulheres, em ambos os períodos em análise.

No primeiro período, 89,3% das mulheres que casavam eram solteiras e 83,1 % dos homens faziam-no também pela primeira vez.

Entre 1714-1764 manteve-se o mesmo comportamento em ambos os sexos, continuando a ser as mulheres as que casavam pela primeira vez, em maior percentagem.

O recasamento diminuiu neste segundo período, para ambos os sexos: o sexo masculino passou de 16,9 % para 15,0 % e o sexo feminino dos 10,7 % para 9,6 %. A diminuição dos recasamentos entre os dois períodos, ainda que pouco significativa, pode ser consequência da diminuição do número de homens disponíveis no mercado matrimonial, provocado em grande medida pela emigração.

O sexo masculino demonstra uma tendência clara em ambos os períodos para casar segunda vez, favorecidos quiçá pela já referida escassez de homens no mercado matrimonial, o que lhe dava a hipótese de casar novamente, contando com uma elevada oferta no mercado matrimonial feminino.

A comparação dos dados obtidos nesta paróquia, com outras que lhe são vizinhas, permite contextualizar melhor as mudanças que foram ocorrendo, assim como perceber se esta manteve um comportamento comum a outros ou não. A diferença entre os anos estudados nas duas paróquias deve ser aqui ressalvada, para que não sucedam equívocos de interpretação.

**Quadro 21**  
**Estado civil anterior dos nubentes**  
**Estudo comparado**

	Prainha (1714-1764)		a) Sul do Pico (1720-1809)	
	Obs.	%	Obs.	%
Solteiras	520	90,4	1806	93,4
Viúvas	55	9,6	127	6,6
Solteiros	489	85,0	1712	88,6
Viúvos	86	15,0	221	11,4

a) Amorim (1992:99)

Comprova-se que nas quatro paróquias, uma percentagem muito significativa de nubentes casam pela primeira vez. Nas paróquias do Sul do Pico foram menos frequentes os recasamentos em ambos os sexos, do que na Prainha, o que pode evidenciar maiores dificuldades no acesso ao mercado matrimonial.

## **10- CONTRAENTES SEGUNDO O ESTADO CIVIL COMBINADO**

Depois de comprovar que eram os homens aqueles que tinham mais facilitado o acesso ao recasamento, podemos também verificar se escolhem preferencialmente mulheres também à procura de um recasamento, ou solteiras. Para combinarmos o estado civil dos nubentes, construimos o quadro seguinte que nos ajuda a perceber as uniões que se estabeleciam entre contraentes de estados civis diferentes.

**Quadro 22**  
**Contraentes segundo o estado civil combinado**  
**1664-1713**

		<b>Mulheres</b>			
<b>Homens</b>	<b>Solteiras</b>	<b>%</b>	<b>Viúvas</b>	<b>%</b>	
<b>Solteiros</b>	351	75	38	8,1	
<b>Viúvos</b>	67	14,3	12	2,6	

**1714-1764**

		<b>Mulheres</b>			
<b>Homens</b>	<b>Solteiras</b>	<b>%</b>	<b>Viúvas</b>	<b>%</b>	
<b>Solteiros</b>	444	77,2	45	7,8	
<b>Viúvos</b>	76	13,2	10	1,7	

Os casamentos entre solteiros são mais frequentes ao longo de todo o período e a sua proporção aumenta, ainda que pouco significativamente, passando dos 75,0% entre 1664-1713, para representar 77,2% do total de casamentos no período de 1714-64.

É ainda de salientar, e como consequência lógica desta primeira mudança, a diminuição do número de casamento celebrados entre viúvos e solteiras. A percentagem de casamentos entre viúvos foi sempre reduzida, tal como era de esperar após a leitura dos dados obtidos em outras paróquias da ilha do Pico.

## 10.1- Estudo comparado

**Quadro 23**

**Contraentes segundo o estado civil combinado  
Comparação entre Prainha, Sul do Pico e Criação Velha**

<b>Estado civil</b>	<b>Prainha (1714-64)</b>	<b>a)Sul do Pico (1720-809)</b>	<b>b)Criação Velha (1800-49)</b>
<b>Solteiros</b>	77,2	83,4	86,1
<b>Viúva-Solteiro</b>	7,8	5,2	3,3
<b>Viúvo-Solteira</b>	13,2	10,0	9,0
<b>Viúvos</b>	1,7	1,4	1,5

a) Amorim (1992:100) ; b) Mesquita (1998:43)

A leitura do quadro permite-nos comprovar que eram semelhantes os comportamentos em várias paróquias da ilha do Pico, sendo mais frequentes os casamentos entre solteiros em todas as paróquias observadas.

Na combinação dos restantes estados civis, é a Prainha a que demonstra ter mais facilidades em combinar os casamentos entre viúvos e solteiras, assim como entre viúvas e solteiros. É ainda a paróquia onde eram mais frequente os casamentos entre viúvos.

## 11- IDADE MÉDIA DOS VIÚVOS AO SEGUNDO CASAMENTO

A leitura deste quadro tornar-se-á mais fácil, após a análise do ponto 8 “Estado civil anterior dos Nubentes”, onde tínhamos já percebido que a percentagem de contraentes que eram já viúvos ou viúvas, não era muito elevada.

Ainda assim, quisemos conhecer a idade em que ocorria o segundo casamento para ambos os sexos. Consideramos apenas o período de 1717 a 1764, pois no período anterior o número de observações não são suficientes.

**Quadro 24**  
**Idade média dos viúvos ao segundo casamento**

<b>Período</b>	<b>Homens</b>		<b>Mulheres</b>	
	Obs.	Média	Obs.	Média
<b>1714-1764</b>	51	43,4	40	37,6

Os homens podiam ter mais esperança num novo casamento até mais tarde do que as mulheres. Como já era de nosso conhecimento, as mulheres são as que casam mais cedo e conseqüentemente, aquelas que passam também mais jovens por um recasamento.

### 11.1- Estudo comparado

**Quadro 25**  
**Idade média ao segundo casamento**  
**Estudo comparado**

<b>Paróquias</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Prainha</b> (1714-1764)	43,4	37,6
<b>Sul do Pico</b> (1720-809)	43,0	37,9

Se compararmos as duas paróquias, verificamos que ambas mantêm, uma vez mais, um comportamento muito semelhante entre si.

## 12- NATURALIDADE DOS NUBENTES

Nos livros de assento de casamento os párocos registaram com um rigor considerável, a naturalidade de todos aqueles que ali se casavam. Em todo o período observado de 1664 a 1764, os párocos assentaram a origem geográfica dos contraentes, para assim fazerem um controle dos indivíduos que não eram naturais da paróquia. É a partir desses assentos que construímos um quadro que nos mostra a endogamia ou pelo contrário a esogamia -entrada de indivíduos de fora da paróquia para a mesma, através do casamento, abertura ao exterior - das populações desta paróquia.

A análise da naturalidade dos nubentes mostra-nos de forma clara, que os habitantes da Prainha mantiveram de forma quase constante, ao longo de todo o período, os hábitos de procura de naturais da terra no mercado matrimonial- eram endogamicos, com especial incidência para o sexo masculino.

**Quadro 26**  
**Naturalidade dos nubentes**

Períodos	Homens				Mulheres			
	Naturais		De fora		Naturais		De fora	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
<b>1664-1713</b>	337	81,8	70	17,2	384	97,7	9	2,3
<b>1714-1764</b>	481	87,6	68	12,4	541	98,7	7	1,3

Uma maioria significativa dos nubentes que casaram nesta paróquia eram originárias daqui, tal como nos confirma a leitura do quadro.

A abertura da paróquia a indivíduos vindos de fora diminuiu significativamente no segundo período, tal como se verifica pela comparação dos quadros, principalmente por

parte do sexo masculino. Esta diminuição pode ter como justificação a elevada oferta do sexo feminino e que não conduziu à necessidade de procurar fora da paróquia. Certamente que a oferta vinda de fora da paróquia também diminuiu como consequência do medo provocados pelas erupções de 1718 e 1720 que assolaram esta ilha. Há a salientar ainda a predominância de casamentos entre naturais, que se assentou no segundo período.

Nas paróquias do Sul do Pico, entre 1760-1929, 87% dos nubentes masculinos e 95% das mulheres eram naturais da freguesia. O valor mais baixo de nubentes de ambos os sexos, de fora da paróquia ocorreu nos períodos de 1720-1739 onde apenas 53% dos homens e 70% das mulheres que ali casaram eram naturais (Amorim, 1992:109).

### **12.1- Procedência geográfica dos nubentes não naturais**

Dos nubentes que não eram naturais da freguesia, procuramos conhecer a sua origem. São os dados fornecidos pelos párocos que permitem, uma vez mais este estudo, já que estes assentaram a naturalidade de todos os que ali se casavam.

**Quadro 27**

**Procedência geográfica dos nubentes não naturais-1664-1713**

Natural	MÃE	Prainha	S.Roque	Santo Amaro	Piedade, (Lajes)	S. Pedro, (Angra)
<b>PAI</b>						
	Prainha (S.Roque)	308	1	3		
	Madalena	3			1	
	Piedade, (Lajes)	8		2		
	Lajes	8				
	Ribeiras, (Lajes)	1				
	S.Barbara, (Ribeiras)	1				
	Manadas (S.Jorge)	1				
	Feteira, (Faial)	1				
	Conceição, (Angra)					1

**Quadro 28**

**Procedência geográfica dos cônjuges não naturais**

**1714-1764**

Natural	MÃE	Prainha	Santo Amaro	S.Roque	Madalena	Ribeiras,
<b>PAI</b>						
	Prainha	457	2	2	1	
	Santa Luzia	1				
	Bandeiras	2				
	Madalena	1				
	Lajes	6				
	Piedade, (Lajes)	8				
	Ribeiras, (Lajes)	5				
	Calheta, (S.Jorge)	1				
	Capelo, (Faial)	1				

A análise do quadro “*Naturalidade dos nubentes*”, já nos tinha mostrado que a maior parte dos casamentos se realizava entre naturais da paróquia. Ainda assim quisemos conhecer a proveniência geográfica dos que aqui se casavam.

Percebemos que entre 1664-1713, foram mais frequentes os casamentos celebrados com pessoas vindas do concelho das Lajes e da freguesia da Piedade.

A mesma tendência se manteve no segundo período de 1713-1764, das mulheres que casaram fora da freguesia fizeram-no com pessoas oriundas do mesmo concelho e freguesia.

## CONCLUSÕES

O estudo agora concluído é a concretização de um projecto apresentado e iniciado após o término da parte curricular do Mestrado em História das Populações, sob orientação da Professora Doutora Norberta Amorim.

Este projecto passou pela construção de uma base de dados onde se encontram organizados os indivíduos e famílias da paróquia da Prainha do norte na ilha do Pico, durante o período de tempo de 1664 a 1764 a partir da qual fizemos a análise demográfica.

O levantamento sistemático dos registos paroquiais, o cruzamento destas fontes e a construção da base de dados, revelaram ser uma etapa morosa e muito exigente para nós. No entanto, ficou-nos a ambição de conseguir concretizar este projecto, enriquecendo-o com o cruzamento de outras fontes e durante um período de tempo mais alargado.

Para podermos levar a cabo este estudo tivemos que nos inteirar em primeiro lugar, das determinações religiosas ligadas ao casamento para percebermos como este foi evoluindo ao longo dos tempos e enquadrar o período que pretendíamos estudar nessas fases de mudança.

Fizemos também o estudo das condições económicas e sociais da Prainha para podermos demonstrar que esta se encontrava numa situação privilegiada no contexto de toda a ilha do Pico: terras férteis e aráveis que determinavam e distinguiam os comportamentos dos habitantes.

De seguida estudamos a importância da variável Nupcialidade, demonstrando que esta influencia decisivamente outros comportamentos, como por exemplo, a fecundidade. Simultaneamente, é uma das variáveis que representa melhor as alterações ocorridas na vida de uma comunidade por ser um acto que depende quase exclusivamente da vontade humana, mas permeável a todos os acontecimentos que ocorrem. Isto foi demonstrado a partir da análise da correlação do movimento de casamentos e nascimentos.

Para se compreenderem melhor as alterações ocorridas, dividimos o período analisado em dois: de 1664 a 1713 e de 1714 a 1764. Esta comparação trouxe benefícios visíveis à análise dos dados.

Verificamos os meses eleitos para a união matrimonial e estabelecemos os critérios que definiam as escolhas dos habitantes: em primeiro lugar o respeito pelos meses interditos pela Igreja e só depois a exigência dos trabalhos agrícolas. Das preferências dos habitantes, estudamos ainda os dias da semana eleitos para as uniões matrimoniais. Foi extremamente interessante, o estudo da idade média ao primeiro casamento e observar como esta se alterou ao longo do período estudado. A idade de acesso ao casamento aumentou cerca de dois anos para ambos os sexos, entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII com consequências evidentes ao nível da fecundidade dos casais. A análise da idade média ao primeiro casamento por períodos trouxe uma visão mais aprofundada das alterações ocorridas. Tivemos em conta a forma como os nubentes de cada sexo, se distribuía pelos diferentes grupos de idades e verificamos que os homens se casavam mais entre os 25 e 29 anos, enquanto que as mulheres o faziam entre os 20 e os 24 anos ao longo de todo o período observado.

A combinação de idades entre homens e mulheres manteve-se também no período estudado, preferindo os homens entre os 25-29 anos, as mulheres mais jovens, frequentemente entre 20 e 24 anos. Poucas eram as mulheres que casavam com homens mais novos, mas com uma tendência de casarem dentro da mesma faixa etária. Os casamentos celebrados na Prainha realizaram-se entre nubentes que o faziam, na sua maioria, pela primeira vez. Eram mais frequentes os segundos casamentos entre os homens do que entre as mulheres, e eles escolhiam preferencialmente para esposas, mulheres solteiras. A escolha de solteiras é compreendida pela idade média dos viúvos ao segundo casamento, que era relativamente baixa. O estudo da naturalidade dos nubentes mostrou-nos que a grande maioria dos que ali casavam eram naturais dali e era mais frequente a procura de homens de fora da paróquia do que a de mulheres. Daqueles que vinham de fora, notamos alterações entre a segunda metade do século XVII e a primeira do século XVIII: no primeiro período elas escolhiam preferencialmente noivos de paróquias contíguas ou vizinhas, e no segundo há um alargamento para outros concelhos da ilha do Pico.

Depois de concluído este estudo, mais se nos enraizou o desejo de tentar a reconstrução histórica desta paróquia. Para já, desejamos que este trabalho seja mais um contributo para o levantamento demográfico da ilha do Pico, ainda que limitado ao estudo da variável Nupcialidade, mas que poderá ser enriquecido no futuro.

Quanto a nós, foi um trabalho estimulante, que nos suscitou muitas dúvidas e muitos desafios que fomos ultrapassando. Este trabalho permitiu-nos também, tomar contacto com a realidade de uma região do nosso país que desconhecíamos quase

completamente e que agora sentimos muito próxima de nós e com a qual criamos laços afectivos.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Fontes Manuscritas**

Registos paroquiais da Freguesia da Prainha, do norte concelho de S. Roque na ilha do Pico:

Livros de Registo de Baptizado

Livros de Registo de Casamento

Livros de Registo de Óbito

### **Fontes Impressas**

AMORIM, Maria Norberta, (1973) *Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico*, Lisboa; Imprensa Nacional

AMORIM, Maria Norberta, (1980) *Método de exploração dos livros de registos paroquiais. Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos do I.N.E

AMORIM, Maria Norberta, (1983) *Exploração de róis de confessados duma paróquia de Guimarães*, Guimarães, ed. autor

AMORIM, Maria Norberta, (1983/1984) “S. Pedro de Poiães de 1561 a 1830” in *Brigantia*, vol. 3, nº 2/3/4, Bragança

AMORIM, Maria Norberta, (1987) *Guimarães 1518-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, I.N.I.C.

AMORIM, Maria Norberta, (1991) “Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos portugueses” in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, IX-1, Madrid

AMORIM, Maria Norberta, (1992) *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga

AMORIM, Maria Norberta e MESQUITA, Maria Hermínia, “Uma perspectiva da população açoriana no século XVIII”, sep. de *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*, Núcleo Cultural da Horta

AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto (1999) *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga

AMORIM, Maria Norberta (2001) “Do Antigo Regime à Contemporaneidade. Micro-análise demográfica numa paróquia açoriana”, Conferência apresentada no VI Congresso da ADEH, Castelo Branco, policopiado

AMORIM, Maria Norberta (2002) “População e Recursos Básicos, as quatro ilhas do ex-distrito da Horta em fins do século XIX” Conferencia apresentada no Colóquio: Faial e a periferia açoriana, policopiado.

AMORIM, Maria Norberta (1990) Perspectivas de aplicação da metodologia de demografia histórica no estudo das populações *in 1º Encontro-Minho Identidade e Mudança*, Universidade do Minho, Guimarães

ÁVILA, Ermelindo Machado (1898) “A Ilha do Pico. Crises Econômicas” *in Os Açores e as dinâmicas do Atlântico do Descobrimento à Segunda Guerra Mundial*, Angra

CASTRO, João Carlos Pascoinho de Carvalho e (2002), *A Paróquia da Feteira (Faial) de 1752 a 1884. Um estudo demográfico. O fenómeno da ilegitimidade*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, policopiado

CÓNIM Custódio (1990), *Portugal e a sua População*, vol. I e II, Ed. Alfa, Lisboa

Departamento Regional de Estudos e Planeamento (DREPA), 1985, *Pico-Characterização*, Angra do Heroísmo

DRUMOND, Francisco Ferreira (1990) *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Fac-símile da edição de 1850, SREC, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo

DUPÂQUIER, Jacques (1984) *Pour la Demographie Historique*, PUF, Paris

FAUSTINO, José Alfredo Paulo (1998) *Calvão- Uma paróquia rural do Alto Tâmega (1670-1870)*, Universidade do Minho, Guimarães

FLANDRIN ; Jean Louis (1984) *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Estampa, Lisboa

FRUTUOSO, Gaspar (1963) *Saudades da Terra*, Livro VI, Ponta Delgada

HENRY, Louis (1988) *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Gradiva, Lisboa

JOÃO, Maria Isabel (1991) *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Ed. Cosmos, Lisboa

LEBRUN, François, (1983) *A vida conjugal no Antigo Regime*, Ed. Rolim, Lisboa

MACEDO, Antonio (1981) *História das quatro ilhas que formam o distrito da Horta*, Vol. III, D:R:C., Angra do Heroísmo

MADRUGA; Manuel Alexandre (1957) “A freguesia de S. João Baptista da Ilha do Pico na tradição oral dos seus habitantes”, sep. do Vol. I, nº 2, *Boletim Cultural da Horta*

MARCILIO, Maria Luísa (1984) *População e Sociedade*, Ed. Vozes, Petrópolis

MENDONÇA, Luís (1996) *História dos Açores. Visão Geral (Séculos XV-XIX)*, Ponta Delgada

MENESES, Avelino de Freitas de (1995) “A insuficiência frumentária do Faial-Pico em meados do século XVIII” in *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX*, Centro Cultural, Horta

MENESES, Avelino de Freitas de (1997) *Gentes dos Açores- o número e a mobilidade em meados do século XVIII*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, policopiado

MENESES, Avelino de Freitas de (1995) *Os Açores na encruzilhada de Setecentos (1740-1770)*, Vol. II- Economia, Universidade dos Açores, Ponta Delgada

MESQUITA, Maria Hermínia (1998) *Evolução Demográfica na Criação Velha. Paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*, Direcção Regional da Cultura

REHER, David Sven (s.d.) *La investigación en demografía histórica e história de la población: pasado, presente e futuro*, policopiado

RIBEIRO, Orlando (1993) *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Edições Sá da Costa, Lisboa

ROCHA, Gilberta e outros (2001) “O arquipélago dos Açores como região de fronteira”, Conferência apresentada no VI Congresso da ADEH, Castelo Branco

SANTA RITA, António José Vieira de (1867) *Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo da Horta*, Imprensa Nacional, Lisboa

SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos (1999) *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: sociedade e demografia (1640-1872)*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga

SERRÃO, Joel (1973) *Demografia Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa